

O INIMIGO DO REI

UM JORNAL ANTIMONARQUISTA.

EDIÇÃO BIMESTRAL - Nº 07 - ANO 3 - SETEMBRO E OUTUBRO 79 - CR\$15,00 - SALVADOR - RIO - P. ALEGRE - S. PAULO

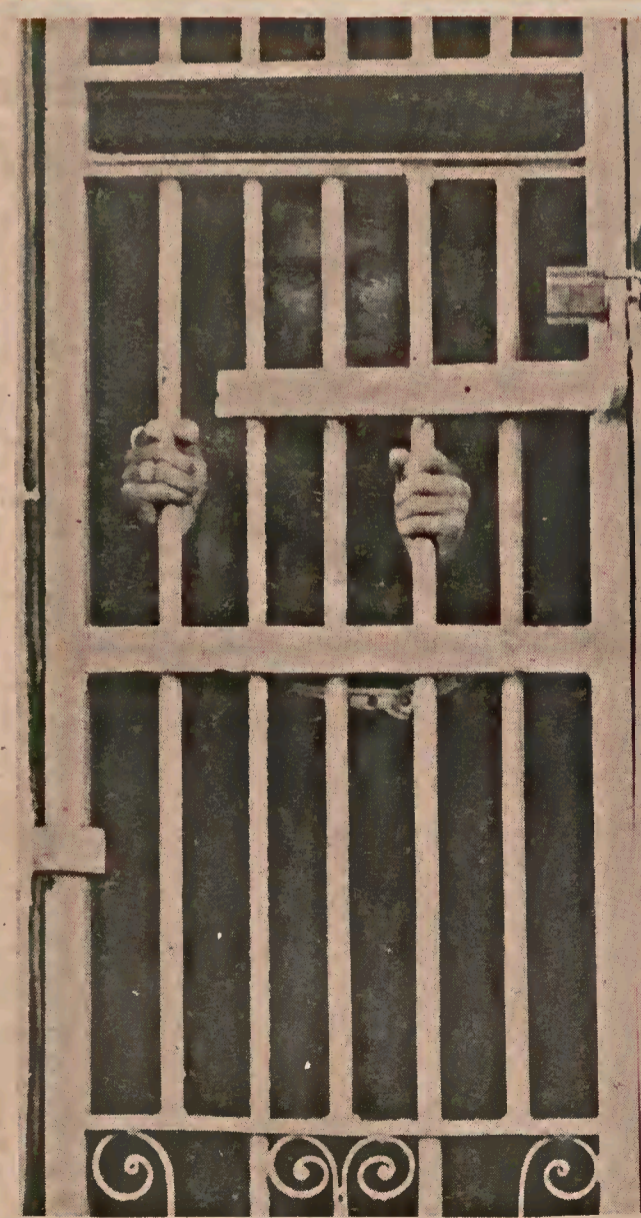
CAPA: CARLOS RODRIGUES

EXPERIÊNCIA ANARQUISTA NA REVOLUÇÃO RUSSA

AUTOGESTÃO-V

teatro oficina põe a boca no trombone

**NEM PRETO, NEM BICHA:
MACONHEIRO.**



PRESO "COMUM"

TAMBÉM QUERO SAIR!

**MICHEL FOUCAULT:
AS MANHAS DO PODER**

anarquia e ordem
não são inimigas

A indiscreta falta de charme da pequena burguesia ou o condenado à morte escapou

A presença dos eminentes cardeais nos presídios brasileiros não foi o bastante para que Direita Estatal — que eles sustentam e apóiam — tomasse alguma decisão para abrir as portas das cadeias. Pelo contrário, o único veto ao projeto planaltino de anistia recaiu sobre a janela que poderia se abrir a todos os presos, sem distinção de classe.

A classe média das cadeias, esta filha de uma pequena burguesia sem nenhum charme político-ideológico, continua sonhando com os tempos do Estado Novo em que era fácil sair das algemas ao pronunciar seus sobrenomes. Hoje, exigem privilégios na cadeia.

Como um rastilho de pólvora, muito incendiário, a palavra pela anistia a todos os presos, indistintamente, repercutiu nos presídios em forma de greves de fome daqueles que tanto esquerda quanto direita apelidaram, jogaram o "vulgo", de presos comuns. Reafirmamos nossos princípios de que não vemos diferenças entre os homens. Mas a pequena burguesia, ouvinte de Tirana, Havana, Santiago do Chile ou Hanói, prefere o estrelato da torre Eiffel, às margens bucólicas do Sena e manda o seu condenado a morte escapar. Lindo! Beleza! Os presos das presões, as minorias que junto formam a maioria de uma população colocada à margem do sol e da vida começa a gritar. Aprender é preciso. E a greve de fome foi mais uma vez a arma, que se usa dos Andes aos Pampas, seja contra as sanguinárias patrulhas do Direitão do Cone Sul, seja contra o massacre marítimo dos refugiados da Ásia e dos desertos do Oriente Médio.

Enquanto o esquerdão ladra demagogia, seus patronos transam pelas costas ou até mesmo abertamente, como o namoro que logo virou noivado, e há quem diga casamento, entre a ditadura da Pantera Cor de Rosa e agentes do Estado Militarista Russo. E assim, os argentinos ficam com o seu partidão comunista em paz.

— Eu também quero ir — gritavam os presos que ficaram na cadeia, enquanto os seus bem alimentados colegas que posam de heróis onipresentes, partem nas carruagens do bem-estar do Primeiro Mundo. Paris é uma festa.

No sul, carece de minúano para agitar as bandeiras golberyanas das raquíticas hordas brizolistas e enquanto se trava nas telas o repair de um velho vídeo-tape, com aquele cheiro de veneno do passado, a lhama batizada dos Andes grita na praça como uma hiena acuada pelo cheiro dos cadáveres, mas não há como dar conta dos desaparecidos. Mas o Chile resistirá, os primeiros gritos e sussurros já começam a ser ouvidos: nem que das catacumbas.

A sociedade reluta em admitir os seus porões. Os que "grevam" de fome pedem tão mínimo quanto o direito de falar — acesso ao parlatório ou água de beber cinco vezes ao dia. Ilhas paradisíacas são perdidas para o turismo: valem mais como cadeias; nas menores cidades, de trás das grades, braços esqueléticos pedem comida ao povo, que o Estado nega às suas próprias vítimas. Há maior tortura e mais coletiva, que esta?

Desenha-se no mapa destes oito milhões de quilômetros quadrados os bolsões separatistas de uma óbvia futurologia. Restaura-se, vamos ver, com uma farsa eleitoral a mais, a dinastia gaúcha; restabelece-se ao Nordeste o pólo de um suposto cinturão cor de rosa; traça-se com régua e compasso o que resta ocupar ao Norte, afastados os últimos obstáculos de índios que nunca foram de convenir com os valores que o colonialismo lhes impõe.

Enfim este paraíso edênico não é tão só um vasto canalial; uma plantation de algodão; um quintal de bananeiras. Ah, como sob estes campos verde-amarelos repousam imensos minerais!!! Portanto, a diamba índia que vá pra os infernos, mesmo à custa dos consumidores das cidades, matando a família para ir ao cinema.

Se nem tudo são flores, há que descobrir a luz no túnel. Sempre há uma pequena fresta: os libertários continuam em sua barca que é difícil, mas chega lá; o povo do palco reclama, o Oficina põe a boca no mundo, os índios sustentam sua guerra; o esquerdão propõe um abraço de tamanduá: recusamos. Rechaçamos as frentes táticas em busca de um objetivo estratégico a que, antes de mais nada, nunca nos propomos: o poder. Sempre

pedimos sua absoluta extinção. A ditadura é o Estado. Manteremos como correto nosso rumo, mesmo a custa de sermos, aparentemente, inimigos de todos.

OPINIÃO DA IMPRENSA

PAULO FRANCIS, ENTREVISTADO POR MILLÔR FERNANDES PARA O "PASQUIM" DIZ QUE SE PUDESSE DESTRUIR O ESTADO (COLUNA A DIREITA).

Jornalistas d'O Inimigo do Rei também são jornaleiros

Os colaboradores. A quem quiser escrever para O INIMIGO DO REI: Nós somos o único jornal autogestionário do Brasil.

Isso significa que todas as pessoas que aqui escrevem estão em pé de igualdade e não sofrem censuras de "conselhos editoriais" iluminados.

Entretanto, o critério para escrever para este jornal é assumir-lo e trabalhar braçalmente por ele. Vendê-lo de mão em mão, suportar as exaustivas reuniões, etc. Não estamos atrás de níveis nos artigos. Isso é censura da criatividade.

Por outro lado, não estamos dispostos a trabalhar para divulgar textos de pessoas (por mais "geniais" que sejam) sem que elas deem sua cota de trabalho. Se assim não fosse O INIMIGO DO REI não seria um jornal autogestionário. Seríamos um grupo que trabalha e, à sua volta, um grupo "vaído" que gosta de ver suas "obras" literárias publicadas e, de maneira burguesa, explora o pessoal autogestionário.

Em resumo: não fazemos distinção entre o trabalho intelectual e o braçal. Os jornalistas do INIMIGO DO REI são também, jornalheiros.

O INIMIGO DO REI

O Inimigo do Rei é feito pela seguinte equipe, em ordem de sorteio: Antônio Carlos Pacheco, Arthur de Piero Gouveia, Jorge Roberto de Sá, Pedro Pacífico, Augusto César Maia, Nilma Damasceno, Carlos Augusto Rodrigues, José Onofre, Tonho Starteri, Têca, Alexandre Ferraz, João Carneiro, Aurélio Vellame, Antônio Fernandes Mendes, Pedrone, Lúcia Lins, Cláudio Miranda, Lídio Barros, Kátia Regina Borges, Edgar Rodrigues, Sérgio Garcia Guerra, José Liberatti, Ricardo Líper, F. Silva. Correspondentes na Europa: Sebastião Santa Rosa (Madrid) e Alfredo (Paris).

Nº 7. Publicação da Editora e Livraria A. Preço do exemplar avulso: Cr\$ 15. Assinatura anual de colaboração: Cr\$ 100. Exterior: US\$ 20. Correspondência: Caixa Postal 2540 — Salvador, Bahia — Brasil. CEP: 40.000.

AOS ASSINANTES:

1. Não chegando qualquer número do jornal, favor avisar-nos para que possamos providenciar.
2. Comunicar-nos qualquer mudança de endereço.

CGC/MF DA EDITORA A: 14727671/0001-63
Composto e impresso na Gráfica Editora Jornal do Comércio. Rua do Livramento, 189 — Tel.: 243-7671 — Rio de Janeiro, RJ.

MILLÔR

Millôr — Como você sabe (sabe?) nossos ministros se dividem em corruptos, incompetentes, cínicos e pura e simplesmente estúpidos. Tendo que formar seu gabinete no dia em que chegar ao Supremo Poder, e sem opção, que qualidade, das enumeradas acima, você preferiria? Cite nomes.

FRANCIS — Se eu chegasse algum dia ao poder supremo eu decretaria a dissolução do Estado e renunciaria. Há quem diga que resulte em bagunça. Duvido que as pessoas pelo processo de tentativa e erro fossem capazes de nos infligir o que Estados nos infligem. Poucos dias antes de sair dos EUA, vi um juiz da Flórida passando pena de morte num cara, Theodore Bundy, acusado de estuprar e matar 32 jovens. Parece que o cara é culpado, e papa fina, se defendeu a si próprio, não é o habitual negro ou destituídos hispânicos. E Bundy é nome de aristocrata. Não é parente dos Olundas. Ainda assim, ao ver a cara do juiz anunciando a sentença, a satisfação sádica do puto me deu engulhos. Nenhum ser humano pode ter poder sobre o outro, que se desumaniza e desumaniza o próximo. Sei que é utopia pretender o anarquismo, mas o que aí está me enoja tanto que acho que ser negativo é a melhor forma de ser positivo. Agora, se você quer formar mesmo um governo tu fica com a metade (te dou as três pastas militares) e eu com a metade (Fazenda é minha).

Millôr — Conforme você sabe (mesmo?) a Academia Brasileira de Letras, entidade gerátrica, se compõe de 38 acadêmicos e dois mortos rotativos, sendo substituídos permanentemente, única ação dinâmica visível na entidade. Entre os 38 acadêmicos existem 37 que fizeram tudo para merecer estar lá: bem feito! Mas há um liberal que, estranhamente, por azares (par hasard) do destino, foi bater ali. Pois bem, esse liberal (é o único que me interessa) justifica e ratifica a atitude de todos na Academia, recebendo, homenageando e inaugurando o busto de Garrastazu Buchenwald, enquanto suas vítimas (do Garrastazu) ainda procuram maridos desaparecidos. Que é que você acha da Academia que, possuidora hoje de um imenso patrimônio imobiliário, e capaz de atitudes políticas lamentáveis como essa, se diz "cultural" e "apolítica"?

FRANCIS — Eu não dignificarei a Academia emitindo uma opinião sobre a dita, apesar de termos alguns amigos lá, agora não sei quem é esse liberal, não, me avisa porque é possível que seja uma das duas pessoas que me ocorre. O Houaiss e Otto, inimigos mortais de ditaduras e que jamais promoveriam Garrastazu: ou me engano?

Millôr — Conforme você sabe (eu sei que sabe) o PC há muitos anos se transformou numa enorme agência de empregos, promoções mútuas e fofocas. Você acha, como eu, Hélio Fernandes e outros, que o PC deve ser legalizado imediatamente para, pelo menos, podermos neutralizar o seu cinismo, ou prefere, como Luiz Carlos Prestes, que ele permaneça na ilegalidade?

FRANCIS — Sou pela legalização imediata, para ontem, do PC, já respondi aliás, a essa pergunta, do Hélio Fernandes. Concordo com você em gênero, número e grau.

Millôr — Você acha mesmo que é mais bonito do que eu?

FRANCIS — Não sei não. Mas não posso me olhar no espelho que me encabulo.

A oração da pobre viúva

A revista alemã "Christliche Pilger" fala dum fugitivo da Tchecoslováquia, que narrou o seguinte fato: Nas proximidades da aldeia Maela Vez, diante de pequenina capela da Mãe de Deus, uma senhora do povo rezava à meia voz: "Querida Mãe de Deus, tu sabes que os tempos estão difíceis. Preciso urgentemente de 100 coroas para o meu sustento e não as tenho. Dá um jeitinho e envia-me essas 100 coroas!". Um comunista de um "kolchos" (propriedade rural) passou naquele momento diante da capelinha e, ao ver a senhora, lhe disse: "Deixa essa oração, velha, contudo não adianta. Deus não existe, nem os santos! Toma aqui 50 coroas e vai para casa" — A senhora aceitou o dinheiro e, quando o comunista se tinha afastado, disse à Mãe de Deus: "Obrigado, mãezinha. Sabia que me irias ajudar. Só te peço uma coisa: na próxima vez não mandes o dinheiro por intermédio de um comunista, porque eles ficam com a metade..."

11 DE SETEMBRO DE 1973/1979

Chile: 6 anos de fascismo

"GAL. PINOCHET A HUMANIDADE SE ENVERGONHA DE TER EM UMA BESTA COMO O SENHOR."

Telegrama enviado pelo cônsul-geral do Panamá em Londres, Jaime Padilla Beliz.

O CALCANHAR DE AQUILES DO MARXISMO



Muitos socialistas falam e escrevem hoje sobre o Estado mas, quando o assunto toma o rumo de questionar a validade ou não do Estado como meio de organizar a sociedade, muitos, ou quase todos, assumem uma posição "reformista". Ora, se cada socialista quiser retroagir ao seu passado histórico, reviverá sem dúvida a multidão de preconceitos que o atormentaram quando pela primeira vez foi levado a pensar que é indiscutivelmente uma necessidade histórica a abolição do sistema capitalista e do regime da apropriação do solo e dos capitais.

O mesmo fenômeno se produz hoje no espírito daqueles que, pela primeira vez, ouvem proclamar que a abolição do Estado, das leis, de todo o aparelhamento administrativo, de governamentalismo e de centralização é igualmente uma necessidade histórica, e que a abolição do Estado é materialmente possível. É claro que toda a nossa educação organizada deliberadamente pelo Estado e suas instituições, no interesse de ambos, revolta-se, contra essa concepção. Mas, por esse motivo, será porventura menos justa? No holocausto dos preconceitos já

sacrificados por via da nossa emancipação, o Estado deverá sobreviver?

Creio que não, pois "enquanto existir estado não haverá liberdade, quando reinar a liberdade já não existira Estado", mas não cabe a mim este julgamento, e sim ao futuro, que é consequência de todos nós.

"ESTADO PROLETÁRIO"

Hoje, quando o movimento libertário ocupa um grande espaço político e social, começa a ressurgir o velho conceito defendido por Bakunin na Primeira Internacional Socialista, onde ele alertava para o perigo da implantação do "Estado proletariado" como fase intermediária da revolução socialista. De maneira quase profética, Bakunin dizia: "Os socialistas doutrinários não foram nem serão jamais inimigos do Estado; pelo contrário, são e serão os seus mais zelosos paladinos, pois aspiram a pôr o povo sob uma nova dominação e a derramar sobre as suas vidas o benefício de suas medidas governamentais".

Com isso não chegamos a nada; antes, porém, precisamos entender melhor todo o mecanismo estatal, para que daí possamos partir para compreender e interpretar as verdadeiras contradições e funções do Estado.

Em primeiro lugar, falaremos sobre o monopólio estatal do setor econômico.

O Estado, como prática social, leva ao escravismo, tornando-se uma estação de força; os indivíduos ou grupos não decidem o que devem produzir, como se deve distribuir e como e por quem será consumido. O Estado é o principal empregador e capitalista, ele possui todos os meios de produção, controla todo o comércio, regula a moeda e as transações bancárias, salários e preços, bem como as ocupações e o trabalho, monopoliza a terra, controla todos os meios de transporte e comunicações, dirige as escolas e as universidades, formando para si verdadeiras marionetes com sangue correndo nas veias.

A ORDEM É OBEDECER

Em toda a parte vê-se a mão do Estado; porém, isso se acentua mais no campo político,

pois é nele que o Estado age mais eminentemente, encontrando respaldo na "burguesia" chegando a regular todos os tipos de ação e relação do "homem livre", ficando esse à mercê do Estado: diz só o que ao Estado agrada que diga, lê apenas jornais e livros controlados pelo Estado, crê no que lhe ordenam crer, em suma, retira praticamente toda a sua autodireção, autogestão, reduzindo-se a simples boneco. O Estado decide praticamente tudo e os cidadãos nada, exceto talvez a escolha das alternativas: de obedecer incondicionalmente às ordens do Estado ou de ir para um campo de concentração, perdendo assim a sua liberdade e provavelmente a vida.

O Estado tornou-se um Deus para seus sequazes. Tudo é permitido em seu nome, sua vitória justifica todo e qualquer meio. Daí o sistema de pressão, aberta ou disfarçada, e outros meios de compulsão empregados excessivamente, a fim de arrebatarem as rédeas do poder.

No Estado moderno, os membros do parlamento foram transformados em máquinas; não podem votar contra o seu partido, não podem nem mesmo abster-se. Não têm o direito de julgamento independente em questões substanciais e sabem que, se deixarem de seguir a linha partidária, não podem ter esperanças de reeleição. A única qualidade indispensável que lhes é exigida, em suma, é a lealdade ao partido.

Eis aí o processo pelo qual o poder se concentra em reduzido número de mãos, de modo que só um homem possa tomar decisões vitais sem mesmo precisar consultar seu gabinete.

O Estado nos corrompe os instintos e a vontade, bem como a inteligência. Mas nenhum Estado (seja ele capitalista ou socialista) poderá jamais disfarçar a discrepância e convencer o homem faminto de que não tem fome, o explorado de que é tratado com justiça ou o algemado de que é livre.

AUGUSTO CÉSAR MAIA

NEM PRETO NEM BICHA: MACONHEIRO

Ainda se pode ler nos jornais da grande imprensa (principalmente) com uma pequena baixa de frequência, manchetes do tipo: "ASSASSINO É PRESO PORTANDO MACONHA"; "DROGADO, ESTUPRA GAROTA DE 13 ANOS" ou coisa que o valha. Ficando bem claro que maconheiro é sinônimo de ladrão, assassino, enfim, MARGINAL mesmo! Logo, tem de ser combatido policialmente e discriminado socialmente. Incluindo-se, neste último caso, as minorias reprimidas existentes. Muito se tem dito, diagnosticado e até mesmo psicanalisado do indivíduo que toma droga (aqui, no caso, referindo-se exclusivamente ao maconheiro). Para aquelas pessoas que corriqueiramente só lêem os jornais diários, sem bases nem conhecimentos a respeito da droga, costumam conceituar o indivíduo que a usa da mesma forma antes mencionada, ou seja, MARGINAL mesmo! E quem assim não os enquadraria? Até eu! Já para aquelas pessoas que são dotadas de maiores conhecimentos, conhecimentos estes que, via de regra, são puramente médico-

científicos, costumam diagnosticar o maconheiro da mesma forma que diagnosticaria um diabético ou um cardíaco, sem levar em conta fatores outros do tipo psíquico-sócio-cultural ou em muitos casos relegando-os ao segundo plano, pois estão preocupados (em sua maioria) exclusivamente com o quadro clínico do paciente. E, por último, os psicólogos, psiquiatras e todos os "PSIS" existentes, que vêem no drogado (maconheiro) uma maneira irreal de solucionar problemas ou ter para si um mundo modelado de acordo com os seus ideais, isto é, alienação, incapacidade de atuar dentro da realidade. Isso sem querer mencionar aqui a visão freudiana de frustrações (por exemplo) que estão instaladas na infância e teriam como causa a procura de uma maneira menos dura para enfrentar o presente, na qual baseiam-se muitos psicólogos para a explicação da droga, principalmente por parte do adolescente.

Em síntese, tem-se o drogado como um indivíduo que, desviando-se dos padrões de moral,

conduta, normalidade etc da sociedade, não é ou não está apto para exercer qualquer atividade com a mesma potencialidade e direito que um outro indivíduo "normal" (o famoso CARETA).

Pergunto eu, a esses entendidos (o termo aqui está sendo empregado como sinônimo de conhecedor em determinado assunto e não como costuma ser usado pela outra minoria — os homossexuais), onde enquadrar aqueles maconheiros que possuem uma atividade político-sócio-cultural normal, dentro do ponto de vista de normalidade social, ou seja, enfrentam filas de ônibus, engarrafamentos, crises econômicas e política, enfim, estudam, trabalham, trepam etc, como um "careta" qualquer? Serão estas pessoas marginais, doentes ou alienadas? Se realmente o são, então toda sociedade também o é.

Káthia Regina Borges.

Índios:

A guerra permanente do povo Guajajara

Barra do Corda (Maranhão) — exclusivo para o Inimigo do Rei.

Hoje é 19 de abril, Dia Nacional do Índio e estou na selva, cercado por todos os lados pelos Guajajaras e ninguém sabe por aqui que há um dia dedicado aos indígenas. Eu mesmo só recordaria deste formalismo pelos **posters** que vira afixados pelas ruas de São Luís do Maranhão.

No cartaz uma família índia na janela, tal qual ao vivo no escritório da Funai da capital do Maranhão. Estão tristes, vestem as roupas do branco e o processo de aculturação é violentamente imposto às tribos. O objetivo é um só: submetê-los e roubar o que resta de suas terras. Isto acontece desde 80 anos quando os brancos institucionalizaram a ocupação através dos capuchinhos.

Um tripé formado pelo sistema de educação (o Mobral), a catequese e a repressão policial pura e simples, abre caminho para impor ao índio valores típicos da sociedade capitalista. Mas os Guajajaras resistem até onde podem e a guerra continua. É uma guerra permanente que não vai acabar com medidas parciais como a recentemente anunciada de que tanto os posseiros que ocupam as terras, quanto os índios, deverão ser desarmados.

A coordenadora da comissão pró-índio do Maranhão, antropóloga Elizabeth Bezerra Coelho, discorda do desarmamento imaginado pela Funai, com apoio da Secretaria de Segurança Pública do Maranhão. Se no passado o arco e flecha eram indispensáveis à vida do índio na selva, hoje ele precisa de armas de fogo. Tanto o indígena quanto o posseiro precisam delas para a caça, para a pesca na luta pela sobrevivência num ambiente comumente hostil. Mas não apenas para isto servem as armas; elas são o apoio técnico para uma guerra que não vai acabar tão cedo. Enfim os Guajajaras estão conscientes da ação do Estado sobre seu território e sabem muito bem o que aconteceu com outras tribos, como os Gaviões, virtualmente liquidados com a construção da PA-70, a ligação Belém do Pará/Marabá que os deixou ao dispor de uma sociedade ávida do lucro e da acumulação.

O que resta do índio brasileiro está distribuído em onze áreas culturais: Norte-Amazonas, Juruá-Purus, Guaporé, Tapajós-Madeira, Alto Xingu, Tocantins-Xingu, Pindaré-Gurupi, Paraguai, Paraná, Tietê-Uruguaí e Nordeste.

A tribo Guajajara pertence à área cultural Pindaré-Gurupi e seu rico território fica à margem esquerda do



rio Mearim; à direita estão os Canelas, aqueles de pernas curtas. Ocupam terras firmes na zona da mata.

Além da caça e da extração vegetal, os Guajajaras cultivam a mandioca, milho, abóbora e batata doce. Mas o cultivo mais lucrativo é o da diamba, tornando-se eles um dos grandes fornecedores da **canabis sativa** para muitos estados brasileiros. Este é um dos pretextos para a constante repressão do Estado. A Operação Guaribas, levada a cabo nos últimos meses por contingentes policiais do Pará-Maranhão e Piauí, teve, mais uma vez, o objetivo de desarticular uma cultura tradicional e forçar a que os índios se integrem, mesmo a contragosto, numa sociedade consumista tipicamente moderna.

A IGREJA CATÓLICA TORTURA O CACIQUE

No século passado, os capuchinhos, através da polícia indígena, prenderam o cacique Caboré, sob a acusação de bigamia, que os costumes indígenas permitiam, e o chefe tribal foi levado para Barra do Corda. Lá, foi amarrado e suspenso alternadamente pelas mãos, pelos pés e pelo pescoço. Depois de passar 15 dias recuperando-se do "pau-de-arara", Caboré foi a São Luís e pediu ao governador providências, sendo liberado para fazer justiça segundo os costumes Guajajaras. E assim procedeu-se no dia 13 de março de 1901, início da fase mais violenta da guerra permanente contra a sociedade branca.

Até hoje os padres estrangeiros ainda festejam esta data, motivo de luto para os índios. No ataque morreram quatro frades, oito freiras e quase 200 arrendatários da missão católica, vítimas de flechadas e golpes de tacape. Novamente preso, Caboré morreu na cadeia, torturado em Barra do Corda, mas seu povo conseguiu se livrar por algum tempo da presença dos Capuchinhos. E o mais importante: não mais se viram obrigados a entregarem os **curumins**, seus filhos, ao internato dos italianos em Alto Alegre.

A VOLTA DOS SANTOS INQUISIDORES EM 56

Quando os capuchinhos retornam à Barra do Corda, em 1956, um cheiro de pólvora volta ao ar. Afinal, esta Santa Inquisição da selva reafirma que seus mártires não passam de heróis da sociedade branca e os índios uns assassinos. O que está atrás disto? Claro, as férteis terras dos índios, onde estão cinco perigosos enclaves brancos que para lá foram, com o apoio do Estado a fim de implantar projetos agropecuários com incentivos fiscais e de outra natureza. Afinal, acabou-se o prazo para que a Funai demarcasse as terras dos índios e, embora delimitadas, ainda existem três áreas no Maranhão não demarcadas, sujeitas a conflitos permanentes.

Uma placa do Ministério do Interior avisa que aquelas terras pertencem aos índios e que é proibida a

entrada de estranhos. Pela quarta vez penetramos na selva e vamos ao encontro dos Guajajaras, inicialmente comprar artesanato, feito de penas e cabeças e sementes coloridas. Ao fim da tarde a cena típica: a família volta do rio, os homens bem armados e as crianças com arco e flecha. As mulheres trazem na cabeça grandes cabaças com água. O sol está caindo, são cinco horas da tarde. Pela estrada os índios me interrogam: quem sou, de onde venho e para onde vou. A defesa de seu território está em suas próprias mãos. Os índios têm muita razão para desconfiar das autoridades, pois não foi o próprio Imperador que para lá mandou um delegado de índios para fundar um povoado branco no século passado? E não foi por isto que os Guajajaras tiveram que se afastar, primeiramente, cinco quilômetros? Depois apareceu o tal de Serviço de Proteção aos Índios que expulsou a tribo de mais quatro aldeias para a implantação de um projeto de colonização. Agora os índios estão mais do que conscientes e exigem de volta o patrimônio comum que lhes foi expropriado pelo Estado/Igreja Católica/posseiros e latifundiários brancos. A guerra é permanente e continua.

O que resta dos 2 milhões de índios

Dos dois milhões de índios que habitavam o Brasil na época do descobrimento, hoje existem apenas 100 mil. Mais otimista, a Funai acha que cresce a população indígena, devendo haver, neste caso, aproximadamente 108 mil índios no Brasil. Será?

Em 479 anos várias tribos desapareceram e outras estão reduzidas a poucos representantes, sem condições de se reproduzirem, como os xetas e avá-canoeiros. Portanto, existe pouco menos de um por cento de índios na população brasileira. Em toda a América Latina existiriam mais ou menos 30 milhões de índios, sete por cento da população total do continente, segundo fonte do Instituto Indigenista Interamericano.

Ainda falta a Funai delimitar um total de 13 milhões, 847 mil e 688 hectares de terras dos índios em 14 Estados brasileiros. No Maranhão existe 1 milhão, 207 mil e 305 hectares de terras delimitadas, porém sem marcos. O Estado conta ainda com oito áreas demarcadas, num total de 1 milhão, 473 mil e 774 hectares. Estas demarcações, só lá, significam 112 km² de perímetro.

Agora é nossa vez de pedir penico

Todos já estão cansados de saber que a greve é, das armas do trabalhador, e não só teoricamente, a mais forte, a mais eficaz e a mais legítima também provavelmente porque conseguida através dos anos mediante a perda de muitas vidas. E que serve para eufemizar a sua situação ante o explorador, como também para conseguir pontos preciosos na luta, cotidiana de classe. Isso, quando feita com a lucidez com energia e principalmente com organização que ela evidentemente exige. Não vou mais adiante, porque a ética ideológica (existe isto?) Não me permite. Os esquerdistas oficiais já sabem onde erraram (porque se eles foram mais burros do que estão sendo agora, então só nos resta ter paciência!). Não diga nada do que lhe disse para agradá-los, mas sim, para ensiná-los. Para evitar dirigismos e principalmente dirigismos inbecis como estes, fundados talvez em vaidades pessoais, atrasem, travem, ou mesmo matem todo esse potencial revolucionário inenrente às massas; sejam elas alienadas ignaras, inconscientes ou seja lá que porra for!



É verdade, que algumas greves não deram certo, (e a maioria não deu, porque foram feitas às pressas, sem a mínima organização, sem o menor respaldo, e isso é completamente compreensível, afinal, passou-se um bom tempo neste País onde só se era permitido organizar time de futebol, desde que se jogasse com os pontos recuados. O ponta de lança e o centro avante também. E mesmo assim, os grevistas que não contaram com a assessoria intelectual da "esquerda oficial" saíram-se bem melhor, taticamente falando do que os que contaram. Querem exemplo? Na última greve dos trabalhadores da construção civil, os esquerdistas oficiais ficaram putos da vida porque "Lula" — com o qual não temos afinidades ideológicas — resolveu parar com a greve e mandou todos para casa, no que estava certo, portanto, aquela grande massa, (apesar de mostrar a sua força), não tinha a mínima organização e era, portanto, alvo fácil para o inimigo ainda desproporcional. Então, todos para casa à procura de formas espontâneas de organização e depois, bem organizados, voltamos para o segundo round, para o terceiro, para o quarto...

Como se pode ver, todo cuidado é pouco senhores "vanguardistas", a vida dos outros e o sucesso de uma classe está em jogo.

O outro assunto a ser focado é a anistia. A "esquerda oficial" joga sobre esta todas as suas forças, como se nela estivesse a resposta para seus males. Querem e procuram desesperadamente um líder, de preferência neurótico e cheio de carisma. A primeira vista, eu pareço com um desses — e é provável que seja

acusado disso mesmo — BURGUESES INERENTEMENTE CONTRA — REVOLUCIONÁRIOS. É claro, que só eu sei que não sou, e provo: de maneira alguma fui ou sou contra a anistia... é uma questão, antes de tudo, de direitos humanos (que não é, de forma alguma, os de Carter). Direitos humanos estes, que não são respeitados pela "esquerda oficial", que vê em cada anistiado, não um ser humano, que tem direito de pensar e dizer o que quiser, além de outras coisas, mas sim, o companheiro de partido, o camarada de "ala revolucionária" projetando sobre o anistiado, "a sua coragem," "a sua grande capacidade de resistência," "a sua revolta contra o sistema estabelecido".

De forma alguma eu seria contra a anistia. Seria estar a favor das torturas que os implicados sofreram, seria estar a favor de um bando de generais — que é quem decide "em nome de 120 milhões de pessoas — quem deve sair, quem deve ficar, numa demonstração evidente do absurdo do arbítrio, como se fossem eles os donos dessa propriedade de oito milhões de quilômetros quadrados, e por isso então tivessem o "divino direito de decidirem o que é melhor para ela".

De forma alguma sou contra a anistia, mesmo que seja, para mais tarde um carinho desses, após o seu golpe de estado, que ele insiste em chamar de "revolução", à semelhança dos militares reaçã-brasileiros, me joguem no paredão.

O que eu quero dizer, é que, logo quando a anistia saiu do estado embrionário em que se encontrava e ganhou os jornais e os meios outros de comunicação, ao invés "dos donos da campanha da anistia esquecerem suas vaidades pessoais e procurarem fazê-la, a anistia, chegar até a boca do povo, "da massa

mais ignara", aproveitando com isso dar uma maior ênfase à campanha, e uma maior ou menor consciência política a essa massa, resolveram ficar sobre confortáveis poltronas e sob o ar ameno do condicionado, fechando as portas à imprensa. E não foi à toa que os social-democratas do MDB perceberam isso e jogaram a anistia na sua plataforma política, e estão por lá agora... e não há queixas sobre salários atrasados.

Mas não ficou só nisso, essa frente ampla pró-anistia fez mais do que isso, sim senhor. Quando se começou a questionar a validade da reivindicação de uma anistia para todos os presidiários do país, aí ela gritou e tirou o corpo fora. Em primeiro lugar, foram logo dizendo que era utopia, que assim iria enfraquecer o movimento. Depois arrumou adjetivos: "os nossos prisioneiros são políticos", portando diferentes dos "comuns". Como se não existissem todos no mesmo sistema opressor. Até hoje procuro uma explicação dialética para isso. E a melhor que achei é que, certamente os prisioneiros deles, os "políticos", são filhos da classe média, pelo menos, frequentaram as universidades e estudaram todas as ciências, sabem tudo. Entendem a dialética, falam e escrevem muito bem o português, não iriam de forma alguma se misturar com bandidos; latrocinadas, ladrões pé-de-chinelo, pequenos traficantes de drogas, esses nojentos que dormiam embaixo de pontes, de marquises, "e contestam o estado burguês da forma mais idiota possível".

Mas aqui, nós aproveitamos para lembrar Sartre, e acompanhando seu raciocínio e transportando-o para nossa realidade, veremos que existe nela uma profunda distân-

cia entre uma pretensa complexa sociedade industrial desenvolvida e o lumpen-proletariado. Nessas condições, veremos também, que não é mais tão somente o proletariado que ostenta potencial revolucionário dos nossos dias e dos que ainda virão, já é uma pequena maioria sócio-econômica oprimida e menos respeitada ainda que o proletariado. Sendo assim, é só esperar pra ver...

Eu, da minha parte, prefiro ficar com os meus irmãos de classe, que nunca têm ninguém a pedir por eles. Estes pobres "esquecidos", que arriscam as vidas viajando nos ônibus de Sussuarana, da Engomadeira, do Alto da Santa Cruz, da Vasco da Gama, etc. Que arriscam as vidas vivendo no meio de estremitadas tensões sociais; no Maciel, na Rocinha dos Marinheiros, nos Alagados, etc. Por aqueles que se equilibram nos andaimes "lindíssimos" das construtoras de progresso, e por aqueles que caem nos grandes caldeirões dos grandes pólos industriais do país. Por aqueles que ousam desafiar o mito da propriedade privada, invadem terrenos inabitados para "construir suas palhoças, seus barracos para "viver". Propriedades estas, na maioria das vezes, pasmem, pertencendo ao Estado e à Igreja. E quando estes velhos amantes descobrem, mandam até lá sua guarda pessoal para acabar com a "baderna" e com o "foubô". Guarda esta, que resolve em dois tempos o problema, lançando contra estes pobres miseráveis mortais, seus cães amestrados, suas bombas de gás lacrimogêneo, e apontando suas metralhadoras de boa marca para o corpo indefeso dos "invasores". E o pior é que são todos, acudados e acudadores, irmãos de classe, ambos manipulados pelos homens do diploma e do dinheiro.

Pedimos também, pros que bebem a sopa de Alziro Zarur e pros que ficam nas filas de compras das barracas do bondoso e já forte candidato à presidência "titio Magalhães".

Anistia para os lavradores de Iaqu, que ousaram fazer um mutirão para trabalhar e foram impedidos pela truculência e prepotência de um todo poderoso Capitão Uzeda, "que é quem manda no pedaço".

Anistia para Aézio Fonsêca e anistia também para Ubiraci Satoro, o touro, pobre microcéfalo, fascístóide da pior espécie, que impossibilitado de pensar, porque já está condicionado e porque os superiores pensam por ele, usa tão-somente os músculos que a natureza lhe deu, o que, convenhamos, não é ideal nem suficiente, em se tratando, principalmente, de relações sociais.

Anistia para todos nós. Queda de todas as bastilhas!

Tonho Starteri

Partido Trabalhador

Não faltasse a série de barbitúricos para adormecer e desviar o trabalhador da luta sindical direta, de enorme importância no momento e um grupo de "profetas iluminados", inventou mais um.

O tal de partido trabalhador.

O que seja tal ajuntamento, nem os autênticos operários sabem ao certo.

Quando isso afirmamos excluímos, naturalmente, o "grupo dos iluminados", no qual pontifica o sabidíssimo "Lula".

É através de seus pronunciamentos ou mais certamente através de suas "brizoladas", de que vamos nos apercebendo o que venha ser o tal agrupamento político, o denominado P. T. — Inicialmente afirmou "Lula", que o tal partido dos trabalhadores não visava a conquista do poder. Foi um Deus nos acuda, um corre corre no galinheiro um pega pra capar em chiqueiro da roça.

Seria o primeiro partido do Brasil a não querer o poder. Algo assim como a roda quachada.

O "Lula" alertado em relação à "mancada", muito timidamente retornou à ribalta e, como o menino que fez pipi nas calças na hora de recitar poesia, deu o dito por não dito, e o assunto calou no esquecimento.

Muitos mais tarde, depois de inúmeras andanças, nas quais não faltaram afirmações de que o P. T. seria fundado, constituído e dirigido somente por trabalhadores, Luis Inácio deu violentíssima marcha a ré e de lá falação, dizendo que alguns

componentes do MDB poderiam fazer parte da agremiação política.

A partir desse fato, as águas ficaram muito mais claras. Ora, sabemos que o Luis Inácio não é suficientemente "tapado" para desconhecer que a lei orgânica eleitoral da ditadura em vigor, estabelece que para fundação de qualquer partido é necessário um manifesto contando com assinatura de 10% de senadores (7) e mais 10% dos deputados federais (42) o que torna inviável a formação de um partido exclusivamente de trabalhadores.

Evidente que no presente caso teria que contar com a classe burguesa, pois a troca de que iriam deputados e senadores pedir a formação de um partido, não fosse para se constituir em vanguarda dirigente. Salvo a hipótese de que a lei fosse modificada.

Agora, porém, o trapelista "Lula", dá seu salto mortal, declarando que "não poderia separar a criação do P. T. daquele pessoal consequente do MDB que a imprensa chama de autênticos", e que o P. T. "só val acellar quem não detem os meios de produção, que não são empregadores". "Os dirigentes sindicais que defendem a formação do P. T. chegaram a conclusão de que devem participar politicamente por que dentro da atual estrutura sindical já tentaram fazer tudo para melhorar a situação do trabalhador, não conseguindo". (Folhas de São Paulo" 19.08.79).

Os "sabios iluminados" na melhor tradição paternalista, autoritária, conlabularam e decidiram, as bases, os companheiros de fábricas, indústria, etc, que escutem e acatem.

Estamos vendo como quinze anos de ditadura acabou formando uma série de discípulos proletários, decididos na continuidade do "cale a boca" e do "faça o que mando".

Entretanto, os ventos que estão soprando nas hostes operárias indicam que os rumos são outros.

Desde a posse do general Figueiredo eclodiram no país 83 greves, envolvendo 1 milhão e duzentos mil operários, muitas delas feitas contra o desejo das diretorias sindicais quase sempre apelegadas e temerosas de perderem os mandatos e que foram levadas de roldão pelo desejo das maiorias expresso em assembleias gerais.

Há um trabalho pertinaz a ser executado na esfera sindical, visando à modificação da estrutura fascista, e não será, naturalmente o "Lula", pessoa interessada nessa luta, pois seu objetivo claro agora é o de resolver seu problema pessoal se candidatando ao cargo de deputado pelo hipotético P. T., e assim afastar a ameaça de voltar a ser operário metalúrgico.

E isso será efetivado através do P. T. O diabo é que nesse momento de pseudo abertura uma série de partidos estão se autoproclamando como os autênticos partidos dos trabalhadores. É o PC do senil Carlos Prestes, o PCB do ressuscitado João Amazonas, o PTB do gozador Leonel Brizola e o PSB. Todos se proclamando a vanguarda operária. É vanguarda em demasia para tão escassa retaguarda. É certo que os operários sofridos e curtidos na duríssima luta sindical não embarcarão nessas canoas furadas.

Martins Freire Lustrador

as manchas do poder

Os mediócras ocupam nas atenções de Michel Foucault uma posição privilegiada, se disse uma vez. Os loucos, presidiários e as crianças são os personagens centrais do estudo desenvolvido por este erudito professor francês, que produziu um pensamento eficaz sobre a submissão dessas "minorias" a um poder que ele vê com olhos atentos.

O poder, para Foucault, não é aquele que está no pico da pirâmide e portanto inacessível, mas, em vez disso íntimo entre nós, disseminado em fragmentos que parcializam nossas vidas e controlam "os corpos, os gestos e discursos". Pode-se afirmar que, através de jogadas de base, o poder faz o seu domínio, que em última instância acaba formando cachos na árvore do rei. Contra um hábito sedimentado de questionar o soberano e o aparelho do Estado com o olhar voltado para cima, Foucault insiste em captar as manchas do poder do ângulo daqueles esmagados por uma instituição totalitária.

Este texto reproduz uma aula proferida no "College de France", em janeiro de 76, traduzida do livro "Microfísica del Poder", organizado por Julia Varela e Fernando Álvarez-Uría.

O que tenho tentado analisar até agora, a grosso modo, desde 1970-71, tem sido o como do poder. Tenho procurado seus mecanismos entre dois pontos de relação, dois limites: por um lado, as regras do direito que delimitam formalmente o poder; por outro, os efeitos de verdade que este poder produz, transmite e que por sua vez reproduzem este poder. Um triângulo pois: poder, direito, verdade.

Podemos dizer esquematicamente que a pergunta tradicional da filosofia política poderia formular-se nestes termos: como pode o discurso da verdade, ou simplesmente a filosofia entendida como discurso da verdade por excelência, fixar os limites de direito do poder? Esta é a pergunta tradicional. Eu queria, porém, formular outra, desde a base, e muito mais concreta que essa pergunta tradicional, nobre e filosófica. Meu problema seria precisamente este: que regras de direito põem em marcha as relações de poder para produzir discursos de verdade? — ou melhor, que tipo de poder é suscetível de produzir discursos de verdade que estão, em uma sociedade como a nossa, dotados de efeitos tão poderosos?

Em uma sociedade como a nossa — porém no fundo, em qualquer sociedade — relações de poder público atravessam, caracterizam, constituem o corpo social. Estas relações de poder não podem dissociar-se, nem estabelecer-se, nem funcionar sem uma produção, uma acumulação, uma circulação, um funcionamento do discurso. Não há exercício de poder possível sem uma certa economia dos discursos de verdade que funcionem neste par e a partir dele. Estamos submetidos à produção da verdade desde o poder e não podemos exercitar o poder senão através da produção da verdade. Isto é válido para todas as sociedades, porém creio que na nossa a relação entre poder, direito e verdade se organiza de um modo muito particular.

Para caracterizar não seu próprio mecanismo mas sua intensidade e constância, poderia dizer que estamos constrangidos a produzir a verdade a partir do poder que a exige, que a necessidade para funcionar: temos que dizer a verdade; estamos obrigados ou condenados a confessar a verdade ou a encontrá-la. O poder não pára de perguntar-nos, de indagar, de registrar — institucionaliza a pesquisa da verdade, a profissionaliza, lhe recompensa. No fundo, temos que produzir verdade igual que produzir riquezas. Por outro lado, também estamos submetidos a verdade no sentido em que a verdade faz leis, elabora o discurso verdadeiro que, ao menos em parte, decide transmite, empurra efeitos de poder. Depois de tudo somos julgados, condenados, classificados, obrigados a competir em função de discursos verdadeiros que contêm efeitos específicos de poder:

Por conseguinte, regras de direito, mecanismos de poder, efeitos de verdade, ou também regras de poder e poder dos discursos verdadeiros — é mais ou menos o campo geral que tenho tentado percorrer, ainda que, sei disso, de forma parcial e com muitos ziguezagues. A propósito deste itinerário queria dizer algumas coisas, sobre o que me tem guiado como princípio e sobre as consequências imperativas e as precauções metodológicas que quis tomar.

Um princípio geral, no que concerne às relações entre direito e poder me parece que nas sociedades ocidentais, e desde a Idade Média, a elaboração do pensamento jurídico tem-se desenvolvido essencialmente em torno do poder real. A pedido do poder real, em seu proveito e para servir-lhe de instrumento ou de justificação, se construiu o edifício jurídico de nossas sociedades. O direito no Ocidente é um direito regido pelo rei. Todos conhecem o papel célebre, famoso, insistentemente repetido dos juristas na organização do poder real. Não há que esquecer que a reativação do Direito Romano no século XII tem sido o grande fenômeno em torno do qual e a partir de que foi reconstituído o edifício jurídico que se dissociou com a queda do Império Romano. Esta ressurreição do Direito Romano foi efetivamente um dos instrumentos técnicos e constitutivos do poder monárquico autoritário, administrativo e, em suma, absolutista. E quando, nos séculos seguintes, esses edifícios jurídicos escapam ao controle real, quando esteja mais virado contra ele, surgirá o interrogante acerca das suas prerrogativas.

Dito de outro modo, creio que o personagem central de todo o edifício jurídico ocidental é o rei. É essencialmente do rei, de seus direitos, de seu poder, dos limites eventuais do mesmo de quem se trata na organização geral do sistema jurídico ocidental. Que os juristas tenham sido servidores do rei ou tenham sido seus adversários, de toda maneira é sempre do poder real de que se fala nestes grandes edifícios do pensamento e do saber jurídico.

Fala-se dele de dois modos. Para mostrar em que armadura jurídica se investia o poder real, como o monarca era efetivamente o corpo vivente da soberania, como seu poder, por mais que absoluto, era perfeitamente adequado ao direito fundamental. Ou, pelo contrário, para mostrar como havia que limitar esse poder do soberano a que regras de direito haveria de submeter-se, dentro de que limites deveria exercer-se para que conservasse sua legitimidade. A teoria do direito, desde a Idade Média, tem essencialmente o papel de fixar a legitimidade do poder; ou seja, o que o principal problema ao redor do qual se organiza toda a teoria do direito é o da soberania.

Dizer que a soberania é o problema central do direito nas sociedades ocidentais quer dizer, no fundo, que o discurso e a técnica do direito têm tido essencialmente a função de dissolver no interior do poder o fato da dominação para fazer aparecer em seu lugar duas coisas: de uma parte, os direitos legítimos da soberania e, de outra, a obrigação legal da obediência. O sistema do direito está inteiramente centrado no rei, que emascara por conseguinte a dominação e suas consequências.

Nos anos precedentes, meu projeto geral era, no fundo, o de inverter a direção da análise de todo o discurso do direito a partir da Idade Média. Tenho tentado, pois fazer o contrário. Ou seja: fazer valer, em seu segredo e em sua brutalidade, o fato da dominação; e a partir daí mostrar não só como o direito é, em geral, o instrumento dessa dominação — o que é evidente — Assim também como, até onde, e sob que formas e direito (e quando digo direito não penso simplesmente na lei, mas no conjunto de aparatos, instituições, regulamentos que se aplicam ao direito) transmite, funcionaliza relações que não são exclusivamente relações de soberania mas de dominação. E por dominação não entendo o fato maciço de uma dominação global de um sobre os outros, ou de um grupo sobre outro, mas as múltiplas formas de dominação que podem exercer-se no interior da sociedade. E portanto, não o rei em sua posição central mas os sujeitos em suas relações recíprocas; não a soberania em seu edifício específico, mas os múltiplos submetidos, as múltiplas sujeições, as múltiplas obrigações que têm lugar e funcionamento dentro do corpo social.

O sistema de direito, o campo judicial, são os trâmites permanentes de relações de dominação, de técnicas de submissão polimórfas. O direito visto não do ângulo da legitimidade que se instaura, mas desde aquele dos procedimentos de submissão que põe em marcha.

Precauções de Método

O problema para mim está em evitar esta questão — central para o direito — da soberania e da obediência dos indivíduos submetidos a ela, e fazer ver, em lugar da obediência, o problema da dominação e do submissão. Sendo esta a linha geral de análise, eram necessárias um certo número de precauções de método para tentar desenvolvê-la.

1. Primeiramente esta: não se trata de analisar as formas regulares e legitimadas do poder em seu centro, no que possam ser seus mecanismos gerais e seus efeitos constantes. Se trata, pelo contrário, de apanhar o poder em suas extremidades, em seus últimos confins, ali onde se torne capilar, de pegá-lo em suas formas e instituições mais regionais, mais locais, sobretudo ali onde, saltando por cima das regras de direito que o organizam e o delimitam, se estende mais além delas, se investe em instituições, adota a forma de técnica e proporciona instrumentos de intervenção material, eventualmente inclusive violento. Um exemplo: antes de tentar saber onde e como o direito de castigar se funda na soberania, tal como aparece na teoria do direito monárquico ou na do direito democrático, se tenta ver como de fato o castigo e o poder de castigar tomavam forma em um certo número de instituições locais, regionais, materiais, ou seja o suplício ou a detenção carcerária, e isto por sua vez no âmbito institucional, físico, regulamentário e violento dos aparatos de castigo. Em outros termos, pegar sempre ao poder nos limites menos jurídicos de seu exercício.

2. Como segunda precaução de método, se tratava de não analisar o poder no terreno da intenção ou da decisão, nem de apanhá-lo por sua face interna, nem de fazer esta pergunta labiríntica e irresolúvel: "Quem detém o poder e que intenções tem? ou — Que busca aquele que detém o poder?" Se trata mais de estudar o poder ali onde sua intenção, se é que tem uma intenção, está totalmente investida no interior de práticas reais e efetivas, em sua face externa, ali onde está em relação direta e imediata com o que podemos provisoriamente chamar seu objeto, fim, seu campo de aplicação, ali onde se implanta e produz efeitos reais.

Não se pergunta, pois, por que alguns querem dominar, que buscam em sua estratégia de conjunto; mas como funcionam as coisas ao nível do processo de submissão, ou naqueles processos contínuos e ininterruptos que submetem os corpos, guiam os gestos, regem os comportamentos, etc.

Em outras palavras, antes de perguntar-se como aparece o soberano no alto, tentar saber como se têm, progressivamente, realmente, materialmente constituído os sujeitos, a partir da multiplicidade dos corpos, das forças, das energias, das materialidades, dos desejos, dos pensamentos, etc.

Pegar a instância material do submissão enquanto que constituição dos sujeitos. Seria exatamente o contrário do que Hobbes quis fazer no Leviatã, e no fundo, creio, do que fazem todos os juristas, para os quais o problema é saber como, a partir da multiplicidade dos indivíduos e das vontades, pode formar-se uma vontade única, ou melhor, um corpo único, acionado por uma alma que seria a soberania. Lembre-se do esquema do Leviatã: enquanto que homem fabricado, o Leviatã não é mais que a coagulação de um certo número de individualidades separadas que se encontram entalhadas por um conjunto de elementos constitutivos do Estado; porém no coração do Estado, ou melhor, em sua cabeça, existe algo que o constitui como tal, e este algo é a soberania de que Hobbes diz precisamente ser a alma do Leviatã. Pois bem, mais que colocar este problema da alma central, creio que faria falta eschudar os corpos periféricos e múltiplos, esses corpos constituídos pelos efeitos de poder à semelhança de sujeitos.

3. Terceira precaução de método: não considerar o poder como um fenômeno de dominação massiva e homogênea de um indivíduo sobre os outros, de um grupo sobre os outros, de

as manhas do poder

uma classe sobre as outras. Mas ter bem presente que o poder, caso não o contemplemos demasiadamente de longe, não é algo dividido entre os que o possuem, entre os que o detém exclusivamente e os que não têm e o suportam. O poder tem que ser analisado como algo que circula, ou melhor, como algo que não funciona senão em cadeia. Não está nunca localizado aqui ou ali, não está nunca nas mãos de alguns, não é um atributo como a riqueza ou um bem. O poder funciona, se exercita através de uma organização reticular. E em suas redes não só circulam os indivíduos, mas que além disso estão sempre em situação de sofrer ou de exercitar esse poder, não são nunca o fim inerte ou consentidor do poder nem são sempre os elementos de conexão. Em outros termos, o poder transita transversalmente, não está parado nos indivíduos.

Não se trata de conceber o indivíduo como uma espécie de núcleo elementar, átomo primitivo, matéria múltipla e inerte sobre a qual se aplicaria ou contra a qual se golpearia o poder. Na prática, o que faz que um corpo, uns gestos, uns discursos, uns desejos sejam identificados e constituídos como indivíduos, é em si um dos primeiros efeitos do poder. O indivíduo não é um vis-a-vis do poder; é, penso, um de seus primeiros fatores. O indivíduo é um efeito de poder, e ao mesmo tempo, ou justamente na medida em que é um efeito, é o elemento de conexão. O poder circula através do indivíduo que ele constitui.

4. Quarta consequência, a nível das preocupações de método: quando digo que o poder se libera, circula, forma redes, é verdade só até certo ponto. Do mesmo modo que se pode dizer que todos temos algo de fascismo na cabeça, se pode dizer que todos temos algo, e mais profundamente, de poder no corpo. Porém não creio que se possa concluir que o poder é a coisa melhor distribuída do mundo, se bem que o seja em certa medida. Não se trata de uma espécie de distribuição democrática ou anárquica do poder através dos corpos. Me parece que e esta seria a quarta precaução de método — o importante não é fazer uma espécie de dedução de um poder que partiria do centro e intentar ver até onde se prolonga, para baixo, nem em que medida se reproduz, até aos elementos mais moleculares da sociedade. Porém se deve fazer uma análise ascendente do poder, partir dos mecanismos infinitesimais, que têm sua própria história, seu próprio trajeto, sua própria técnica e tática, e ver depois como estes mecanismos de poder foram e todavia estão investidos, colonizados, utilizados, abrandados, transformados, deslocados, estendidos, etc., por mecanismos mais gerais e por formas de dominação global.

Não é a dominação global a que se pluraliza e repercute para baixo; penso que há de se analisar a maneira como os fenômenos, as técnicas, os procedimentos de poder funcionam nos níveis mais baixos, mostrar como estes procedimentos se deslocam, se estendem, se modificam, porém sobretudo como são investidos e anexados por fenômenos mais globais, e como poderes mais gerais ou benefícios econômicos podem inserir-se no jogo destas tecnologias ao mesmo tempo autônomas e infinitesimais do poder.

Se pode dar um exemplo em relação à loucura para que isto fique mais claro. A análise descendente, da qual penso que se deve desconflar, poderia dizer que a burguesia se tornou, a partir dos finais do século XVI-XVII, a classe dominante; supondo-se isso, como deduzir daqui o encarceramento dos loucos?

A dedução se pode fazer sempre, é fácil, e é justamente isso o que lhe reprovava. Ou seja, é fácil mostrar que, sendo precisamente o louco um inútil para produção industrial, a burguesia se viu obrigada a desfazer-se dele. Se poderia fazer o mesmo com respeito à sexualidade infantil, e é por outra parte o que têm feito até certo ponto determinadas pessoas, por exemplo, W. Reich.

SOLUÇÕES SIMPLISTAS

Como se pode compreender a repressão da sexualidade infantil a partir da dominação da classe burguesa? Pois bem, muito simplesmente, havendo-se tornado o corpo humano essencialmente força produtiva a partir do século XVII-XVIII, todas as formas de dispêndio que eram irreduzíveis à constituição das forças produtivas, manifestando-se por conse-



Foucault: o poder está entre nós.

guinte em sua inutilidade, foram vedadas, excluídas, reprimidas.

Estas deduções são sempre possíveis, são ao mesmo tempo verdadeiras e falsas, são demasiado fáceis já que se poderia fazer justamente o contrário e mostrar como, partindo do princípio de que a burguesia chega a ser uma classe dominante, os controles da sexualidade não eram absolutamente desejáveis. Pelo contrário, havia a necessidade de uma aprendizagem sexual, de uma precocidade sexual, na medida em que no último termo se tratava de reconstituir uma força-trabalho, cujo estatuto último era, como sabemos, pelo menos a princípios do século XIX, o de ser infinita: quanto maior fosse a força-trabalho, tanto melhor e mais plenamente poderia funcionar o sistema de produção capitalista.

Creio que pode se deduzir qualquer coisa do fenômeno geral da dominação burguesa. Penso que há que fazer o contrário, ou seja, ver como historicamente, partindo de baixo, puderam fazer funcionar os mecanismos de controle; e quanto à exclusão da loucura por exemplo, ou à repressão e proibição da sexualidade infantil, ver como, ao nível real da família, do seu círculo restrito, das células, dos pontos mais pequenos da sociedade, estes fenômenos de repressão ou de exclusão se têm instrumentado, tiveram sua lógica, têm respondido a um determinado número de necessidades; mostrar quais têm sido seus agentes reais, não buscá-los na burguesia em geral, mas nos agentes diretos (que poderão ser, num âmbito mais próximo, a família, os pais, os médicos, os pedagogos, etc), e como estes mecanismos de poder, em um momento dado, em uma conjuntura precisa, e mediante um determinado número de transformações, começaram a tornar-se economicamente vantajosos e politicamente úteis.

Creio que deste modo se conseguiria demonstrar que, no fundo, a burguesia tem necessidade, ou o sistema tem encontrado seu próprio interesse, não na exclusão dos loucos ou na vigilância e na proibição da masturbação infantil (o sistema burguês pode tolerar perfeitamente o contrário), porém, mais e melhor na técnica e no procedimento mesmo da exclusão. São os instrumentos de exclusão, os aparatos de vigilância, a medicalização da sexualidade, da loucura, da delinquência,

toda esta microfísica do poder, a que teve, a partir de um determinado momento, um interesse para a burguesia.

Mais ainda, poderíamos dizer, na medida em que esta noção de burguesia e de interesse da burguesia não tem de modo verossímil um conteúdo real, ao menos em relação aos problemas de que nos ocupamos agora, que não foi a burguesia a que pensou que a loucura devia ser excluída ou reprimida a sexualidade infantil; melhor, os mecanismos de exclusão da loucura, de vigilância da sexualidade infantil, chegando um certo momento e por razões que há de se estudar, puseram patente um proveito econômico, uma utilidade política e, de golpe, se encontraram naturalmente colonizados e sustentados por mecanismos globais, pelo sistema do Estado; e é partindo desta técnica de poder e mostrando seus benefícios econômicos ou as utilidades políticas que deles derivam, em um contexto dado e por determinadas razões, como se pode compreender que de fato estes mecanismos terminam por formar um conjunto.

Para dizer de outro modo, a burguesia não se importa nem um pouco com os loucos, porém os procedimentos de exclusão dos loucos têm mostrado e liberado, a partir do século XIX e uma vez mais sobre a base de certas transformações, um benefício político, e também eventualmente uma certa utilidade econômica que solidificaram o sistema e o fizeram funcionar em seu conjunto. A burguesia não se interessa pelos loucos, se interessa pelo poder; não se interessa pela sexualidade infantil, mas pelo sistema de poder que a controla. A burguesia se lixa completamente dos delinquentes, de seu castigo ou de sua reinserção, que economicamente não têm muita importância, porém, se interessa pelo conjunto dos mecanismos mediante os quais o delinquente é controlado, seguido, castigado, reformado, etc.

5. Quanto à quinta preocupação, é muito possível que as grandes máquinas de poder estivessem acompanhadas de produções ideológicas. Por exemplo, existiu provavelmente uma ideologia da educação, uma ideologia do poder monárquico, uma ideologia da democracia parlamentar, etc., porém no fundo não creio que o que se formem sejam ideologias: é muito menos e muito mais. São instrumentos efetivos de for-

as manhas do poder

mação e de acumulação de saber, métodos de observação, técnicas de registro, procedimentos de indagação e de pesquisa, aparatos de verificação. Isto quer dizer que o poder, quando se exerce através destes mecanismos sutis, não pode fazê-lo sem formar, sem organizar e pôr em circulação um saber, ou melhor, uns aparatos de saber que não são construções ideológicas.

Poderia se dizer, para resumir estas cinco precauções de método, que, em lugar de dirigir a investigação sobre o poder ao edifício jurídico da soberania, aos aparatos de Estado e às ideologias que neles estão coladas, deve-se orientá-la para a dominação, para as operações materiais, as formas de submissão, as conexões e utilizações de tal submissão, para os dispositivos de estratégia. Há de se estudar o poder de fora do modelo do Leviatã, de fora do campo delimitado pela soberania jurídica e pelas instituições estatais. Se trata de estudá-lo partindo das técnicas e das táticas de denominação.

Isto é, um esquema, a linha metodológica que creio deve seguir-se e que tentei seguir nas diferentes buscas que fizemos em anos anteriores em relação ao poder psiquiátrico, à sexualidade infantil, aos sistemas políticos etc. Percorrendo, pois, estes domínios e tendo estas precauções de métodos, creio que aparecerá um fato histórico compacto que nos introduzirá enfim nas questões em que queria lhes falar agora.

Este fato histórico global é a teoria jurídica-política da soberania de que lhes falava antes, a qual tem jogado quatro papéis. Em primeiro lugar, tem-se referido a um mecanismo de poder efetivo que era a monarquia feudal. Em segundo lugar, tem servido de instrumento e de justificação para a construção das grandes monarquias administrativas. Em outro momento, a partir do século XVI, e sobretudo do XVI, já no momento das guerras de religião, a teoria da soberania tem sido uma arma que circula de um campo, que foi utilizada em um sentido e em outro, seja para limitar, seja, pelo contrário, para reforçar o poder real: a encontramos entre os católicos monárquicos e entre os protestantes antimonárquicos, entre os protestantes monárquicos e mais ou menos liberais, entre os católicos partidários do regêdo ou da mudança de dinastia; funciona em mão de aristocratas e de parlamentares, entre os representantes do poder real e nos últimos feudatários.

Em poucas palavras, tem sido o grande instrumento da luta política e teórica em torno dos sistemas de poder dos séculos XVI e XVII. Por fim, no século XVIII, segue sendo esta teoria da soberania, reativada pelo Direito Romano, a que encontramos em geral, em Rousseau e nos seus contemporâneos, agora jogando uma quarta função: trata-se de construir contra as monarquias administrativas, autoritárias e absolutas, um modelo alternativo, o das democracias parlamentares. E é todavia este papel o que joga no momento da Revolução.

Pois bem, se seguimos quatro papéis, nos damos conta de uma coisa: de que, enquanto durou a sociedade de tipo feudal, os problemas aos quais se referia a teoria da soberania cobriam efetivamente a mecânica geral do poder, o modo em que se exercia até os níveis mais baixos a partir dos mais altos. Ou seja, a relação de soberania, entendida de modo amplo ou restrito, recobria a totalidade do corpo social. Efetivamente, o modo de exercitar-se o poder podia ser transcrito, ao menos no essencial, em termos de relação soberano-súdito. Porém, nos séculos XVII-XVIII se produz um fenômeno importante, o aparecimento, ou melhor, a invenção de uma nova mecânica de poder que possui procedimentos muito singulares, instrumentos totalmente novos, aparatos muito distintos e que é, creio, absolutamente incompatível com as relações de soberania.

O Poder Disciplinário

Esta nova mecânica de poder apoia-se mais sobre os corpos e sobre o que estes fazem sobre a terra e seus produtos. É uma mecânica de poder que permite extrair dos corpos tempo e trabalho, mais que riqueza ou bens. É um tipo de poder que se exerce incessantemente através da vigilância e não de uma forma descontínua por meio de sistemas de impostos e de obrigações distribuídas no tempo; supõe mais uma quadrícula compacta de condições materiais que a existência física de um soberano; e, enfim, apoia-se no princípio segundo o qual uma verdadeira e específica nova economia de poder tem que lograr fazer crescer constantemente as forças submetidas e a força e a eficácia de quem as submete.

Este tipo de poder opõe-se, ponto por ponto, à mecânica de poder descrita ou que tentava descrever a teoria da so-

berania. A teoria da soberania está ligada a uma forma de poder que se exerce sobre a terra e seus produtos, muito mais que sobre os corpos e sobre o que estes fazem. Refere-se ao deslocamento e à apropriação por parte do poder não do tempo nem do trabalho, mas dos bens e das riquezas. Permite transcrever em termos jurídicos obrigações descontínuas e distribuídas no tempo; não permite codificar uma vigilância contínua; permite fundar o poder em torno da existência física do soberano, não a partir dos sistemas contínuos e permanentes de controle. A teoria da soberania permite fundar um poder absoluto no dispêndio absoluto do poder, não permite, pelo contrário, calcular o poder com um mínimo de dispêndio e um máximo de eficácia.

Este novo tipo de poder que não pode já transcrever-se nos termos da soberania é, creio, uma das grandes invenções da sociedade burguesa. Tem sido um instrumento fundamental na constituição do capitalismo industrial e do tipo de sociedade que lhe é correlativa; este poder não-soberano, estranho à forma da soberania, é o poder disciplinário.

O poder disciplinário, indescritível em termos da teoria da soberania, radicalmente heterogêneo, teria que haver conduzido normalmente à desaparecimento do grande edifício jurídico dessa teoria. Porém, na realidade, a teoria da soberania continuou, não só existindo como ideologia do direito, mas organizando os códigos jurídicos, que aparecem na Europa do Século XIX, a partir dos códigos napoleônicos.

Por que tem persistido a teoria da soberania como ideologia e como princípio organizador dos grandes códigos jurídicos? Creio que as razões podem ser duas. Por uma parte, foi, no século XVIII e todavia no século XIX, um instrumento crítico permanente contra a monarquia e contra os obstáculos que poderiam opor-se ao desenvolvimento da sociedade disciplinária. Porém, por outra parte, a teoria da soberania e a organização de um código jurídico centrado nela permitiram sobrepor aos mecanismos de disciplina um sistema de direito que ocultava os procedimentos e o que poderia haver de técnica de dominação, e assegurava a cada qual, através da soberania do Estado, o exercício de seus próprios direitos soberanos.

Os sistemas jurídicos, quer se trate das teorias ou dos códigos, permitiram uma democratização da soberania com a constituição de um direito político articulado sobre a soberania coletiva, no momento mesmo em que esta democratização da soberania se fixava em profundidade mediante os mecanismos da coação disciplinária.

Mais rigorosamente, poder-se-ia dizer: desde o momento em que as construções disciplinárias tinham que exercer-se como mecanismos de dominação e estar ao mesmo tempo escondidas como exercício efetivo de poder, era necessário assim mesmo que a teoria da soberania estivesse presente no aparato jurídico e fosse reativada pelos códigos.

Nas sociedades modernas, desde o século XIX até nossos dias, temos, pois, por uma parte uma legislação, um discurso, uma organização do direito público articulado em torno do princípio do corpo social e da delegação por parte de cada um; e, por outra, uma quadrícula compacta de condições disciplinares que asseguram na prática a coesão desse mesmo corpo social. Agora bem, essa quadrícula não pode, em nenhum caso, transcrever-se no interior desse direito que é, sem dúvida, seu companheiro necessário.

Um direito de soberania e uma mecânica da disciplina: entre estes dois limites, creio, se joga o exercício do poder. Porém, estes dois limites são tão heterogêneos que não podem reduzir-se um ao outro. Os poderes se exerciam nas sociedades modernas através, a partir e no mesmo jogo entre esta heterogeneidade entre o direito público da soberania e uma mecânica polimórfica das disciplinas. O que não quer dizer que exista por uma parte um sistema de direito douro e explícito, que seria o da soberania, e ademais as disciplinas obscuras e mudas que trabalhariam em profundidade, na sombra, constituindo o subsolo da grande mecânica de poder.

Na realidade, as disciplinas têm o seu discurso. São, pelas razões que dizia antes, criadoras de aparatos de saber e de múltiplas dominações de conhecimento. São extraordinariamente inventivas na ordem dos aparatos que formam saber e conhecimento. As disciplinas são portadoras de um discurso,

porém este não pode ser o do direito; o discurso das disciplinas é estranho ao da lei, ao da regra efetiva da vontade soberana. As disciplinas levam em si um discurso que será o da regra, não o da regra jurídica derivada da soberania, mas o da regra natural, ou seja, o da norma. Definirão um código que não será o da lei mas o da normalização, referir-se-ão a um horizonte teórico que não serão as construções do direito, mas o campo das ciências humanas, e sua jurisprudência será a de um saber clínico.

Em suma, o que quis mostrar no transcurso destes anos últimos, não é como sobre a frente avançada das ciências exatas se foi, pouco a pouco, anexando à ciência ao domínio incerto, difícil, complicado do comportamento humano; não é através de um progresso de racionalidade das ciências exatas como se tem constituído gradualmente as ciências humanas. Creio que o processo que fez fundamentalmente possível o discurso das ciências humanas é a justaposição, o choque de duas linhas, de dois mecanismos e de dois tipos de discurso absolutamente heterogêneos; por um lado, a organização do direito em torno da soberania e por outro a mecânica das sujeições exercidas pelas disciplinas. E em nossos dias o poder se exerce através deste direito e destas técnicas, que estas técnicas e estes discursos invadam o direito, que os procedimentos de normalização colonizam cada dia mais que os da lei, tudo isso, creio, pode explicar o funcionamento global do que queria chamar sociedade de normalização.

Beco sem saída?

Mais um detalhe. Quero dizer que as normalizações disciplinares vão chocar-se sempre, cada vez mais, com os sistemas jurídicos da soberania: cada dia aparece mais claramente a incompatibilidade de uma com a outra. É mais necessário uma espécie de discurso arbitrador, um tipo de saber e poder que a sacralização científica tornaria neutro.

É verdadeiramente na extensão da medicina onde vemos, de algum modo, não quero dizer combinar-se, mas chocar-se, entrecostar-se, perpetuamente a mecânica das disciplinas e o princípio de direito. Os avanços da medicina, a medicalização geral do comportamento, das condutas, dos discursos, dos desejos etc., têm lugar na frente em que se encontram os dois planos heterogêneos da disciplina e da soberania. Por isto, contra as usurpações da mecânica disciplinatória, contra a exaltação de um poder ligado ao saber científico, nos encontramos hoje em uma situação na qual o único recurso aparentemente sólido é precisamente o recurso da volta a um direito organizado em torno da soberania e articulado sobre este velho princípio.

Quando se quer objetar contra as disciplinas e todos os efeitos de poder e de saber que implicam — que se faz concretamente na vida, que fazem os sindicatos, a magistratura e outras instituições se não é precisamente invocar esse direito, este famoso direito formal, chamado burguês, e que na realidade é o direito da soberania? Mais ainda, creio que nos encontramos em uma espécie de beco sem saída: não é recorrendo à soberania contra as disciplinas como se poderá limitar os efeitos do poder disciplinário, porque soberania e disciplina, direito de soberania e mecanismos disciplinares são as duas caras constitutivas dos mecanismos gerais do poder em nossa sociedade.

Na verdade, para lutar contra as disciplinas na busca de um poder não disciplinário, não se teria que voltar ao velho direito da soberania, mas ir para um novo direito que seria antidisciplinário, ao mesmo tempo que liberado do princípio da soberania. Aquel encontramos a noção de repressão que, penso, apresenta um duplo inconveniente no uso que se fez dela: referir-se obscuramente a uma certa teoria da soberania que seria a dos soberanos direitos dos indivíduos, e, ademais, pôr em jogo, quando dela se utiliza, um sistema de relações psicológicas tomado emprestado às ciências humanas, ou seja, dos discursos e práticas que pertencem ao domínio disciplinar. Creio que a noção de repressão é, todavia, uma noção jurídico-disciplinar seja qual for o sentido crítico que se lhe queira dar. E nesta medida, a utilização como chave crítica da noção de repressão torna-se viciada, inutilizada desde o princípio, dada a dupla relação jurídica e disciplinar que implica respectivamente a soberania e a normalização.

MICHEL FOUCAULT

AUTOGESTÃO

Grite contra a escuridão, porém acenda uma vela." 1. A experiência autogestionária empreendida pela alma (Associação dos Moradores da Lauro e Adjacência) no Rio de Janeiro, que atinge a administração direta de alguns edifícios, mutirão contra o custo de vida, objetivando a eliminação do intermediário entre produtor e consumidor, atividades culturais, recreativas, tudo organizado pelos próprios interessados, sem interferências de políticos ou esferas governamentais, está provocando uma onda de curiosidade, admiração e vontade de imitação.

Esse movimento que agora começa a ganhar amplitude, influenciando outros bairros, é a própria comunidade se articulando orgânica e construtivamente no processo de solução de seus problemas. Em uma palavra Autogestão, Ação direta, que significa ação pelos próprios interessados sem delegação de poderes, sem chefias carismáticas, sem centralização, da base para o ápice, libertariamente.

2. A ALMA fundou-se em 1976 e de imediato entrou em luta para que um enorme terreno situado nos fundos dos blocos residenciais fosse urbanizado e transformado em área de lazer. Em 1978, depois de marchas e contra-marchas os moradores da Lauro Müller atingiram seu objetivo e a área de 30,00 metros foi integrado a comunidade.

Nesse local magnífico, a céu aberto, o inimigo do Rei teve a oportunidade de assistir a uma Assembléia Geral dos Moradores. A mesa organizadora da sessão, eleita livremente na hora entre os participantes.

Palavra aberta de modo ordenado a todos que quizessem fazer uso dela. Discussão animada em volta do problema de produtores e consumidores, vários convidados presentes destacando-se um agricultor da serra dos órgãos, pertencente a uma cooperativa de produtores, alertando para o fato de que não é apenas o atravessador que onera o preço da mercadoria mas também a lei da oferta e da procura. A escassez de determinado produto faz seu preço subir.

Uma série de relatórios foram apresentados e mereceram discussão animada dos participantes, entretanto a mobilização contra o custo de vida é a iniciativa que no momento está criando intensa motivação com a participação de jovens, velhos e crianças. O entusiasmo é de tal ordem que sobre passando os limites de Lauro Müller começa a ganhar espaços nos jornais, rádios, TVs, indo atingir outros bairros do Rio de Janeiro.

3. Mutirão contra o custo de vida.

Se há assunto que sensibiliza todas as pessoas é a alta desenfreada do custo de vida. Não há dia em que o preço de algum alimento não foi alterado. Os associados da ALMA resolveram enfrentar o problema não através de comícios de protesto contra a carestia, nem através da ação individual, muito menos com apelos há órgãos estatais, porém por intermédio da ação direta coletiva, através de uma ação autogestionária.

Após Assembléia Geral foi designada uma comissão de moradores que fez uma tomada de preços de 21 produtos hortigranjeiros em feiras, mercados, entreposto. Cada componente da comissão ficou encarregado de determinados produtos, recebendo um envelope com dinheiro e os respectivos preços.

Dirigindo-se a CEASA efetuaram a compra de 1.500 kilos de alimentos que foram transportados em caminhão cedido por um associado, no dia seguinte após, estabelecimento dos preços, tudo foi repassado aos presentes, com a vantagem de até 100% a menos no preço de determinados produtos.

Um segundo mutirão foi realizado com absoluto êxito tendo sido repassado 4.500 kilos de hortigranjeiros. A experiência mostrou que a própria CEASA é também atravessadora, e que é mais do que necessário atingir diretamente os produtos eliminando o intermediário.

Essa experiência autogestionária rica em conteúdo humano não resultou vitoriosa em face aos preços convidativos dos

produtos alimentares, mais sim do interrelacionamento de inúmeras pessoas que mal se conheciam apesar de viverem em um mesmo edifício, dos laços de companheirismo que tarefas comuns estabeleceram, do processo educativo da cooperação, da ajuda mútua, mostrando que o povo pode e deve assumir de forma prática a solução dos problemas da sociedade e não delegar poderes para que outros o façam em seu lugar.

Verifica-se uma participação espontânea, livremente aceita de pessoas de todas as idades, irmanados em objetivos comuns com o fito de servir a todos.

4. Outro Aspecto das Atividades da ALMA.

A ALMA não apenas voltada para o problema do custo de vida, seus objetivos são mais abrangentes, e está lutando também pela construção de uma escola que se articularia diretamente com a comunidade, no mesmo local seria organizada uma creche, funcionaria um salão para atividades culturais (palestras, teatro, cine clube), além de pequena sala para atividades administrativas da própria ALMA.

Os associados da ALMA começam a sentir necessidade de aprofundar o problema da autogestão das lutas, observando outros aspectos da vida social em que ela tem que ser analisada e aplicada. A autogestão deve ser aplicada globalmente na sociedade.

É como afirma o jornalista Pedro Porfírio, atual presidente da entidade: "(...) A autogestão das empresas e das comunidades parece ser a única garantia para o exercício democrático, porque a excessiva centralização de poder nas mãos do Estado, seja ele capitalista ou socialista, só servirá para gerar o imperialismo interno, as soluções de cima para baixo."

Dando um exemplo concreto a ALMA grita contra a escuridão (o Estado centralizador), porém acende uma vela: o processo de Autogestão.



Associados da alma fazem fila para o repasse dos hortigranjeiros.

A história da Revolução Russa é um dos temas ricos de experiências, controversos em suas interpretações e em grande parte totalmente desconhecida.

Perderá tempo quem intentar a tarefa árdua de entendê-la somente através da historiografia soviética, das obras de companheiros de viagem, de autores marxistas que dela participaram; ou ainda de historiadores que se colocam incondicionalmente na ótica dos vencedores, ou de grupos que no final acabaram por empalmar o poder.

A Revolução Russa foi também exuberante em realizações concretas, autogestionárias, libertárias, federalistas, que, brotando do gênio criador popular se propagaram, se consolidaram, se realizaram até que forças centralistas autoritárias, heterogestionárias, as esmagaram, e num último assomo tentaram apagar qualquer vestígio de sua brilhante existência e de seu fogo libertador.

O texto que abaixo divulgamos é bem elucidativo de nossa afirmação.

A AUTOGESTÃO EM KRONSTADT EM 1917

Efin Yartchouck, militante libertário ativíssimo no período de 1905 a 1921, sobretudo em Kronstadt, foi um dos articuladores das jornadas insurrecionais de Julho, e ligado praticamente às atividades construtivas, em sua brochura *Kronstadt na Revolução Russa*, diz-nos:

"Naquele momento, Kronstadt tentava conduzir uma prática construtiva. A União dos Agricultores, organização que mantinha ligação com o campo, solicitou a todos que possuíssem ferro-velho, que o ofertassem para fabricar instrumentos destinados ao trabalho agrícola. A comissão técnica e militar do Conselho cedeu certa quantidade de metal proveniente de sucata militar (peças de artilharia que estavam acumuladas num depósito colossal).

Os operários, membros da União, organizaram uma oficina especial, na qual trabalhavam durante o período de lazer e por muitas horas. Técnicos especialistas, soldados, marinheiros os ajudavam igualmente. Fabricou-se foices, arados, cravos, ferraduras etc... Tudo era registrado em listas completas no jornal *Izvestia* do Conselho de Kronstadt. Cada objeto trazia o emblema da União dos Agricultores de Kronstadt. Fornecia-se aos militantes do Conselho que demandavam ao campo, segundo as possibilidades, objetos e instrumentos fabricados pela União, que eram ofertados aos camponeses por intermédio dos Conselhos locais.

Isto valeu ao Conselho de Kronstadt o recebimento de uma avalanche de cartas calorosas, agradecendo e prometendo um apoio à cidade em sua luta por pão e liberdade.

Foi então elaborado o princípio das comunas agrícolas. Essas organizações se estabeleceram do seguinte modo: um grupo de 10 a 60 pessoas, segundo o local de trabalho ou domicílio, se punham de acordo com o objetivo de cultivar em comum a terra.

É necessário acentuar que Kronstadt é uma ilha, com dezenas de quilômetros de comprimento. O lado, frente a Petrogrado, está ocupado pela cidade, os portos e o quebra mar. Os lados norte, sul e oeste estão semeados de fortificações militares, em intervalos de três quilômetros. Efetivamente, durante a guerra, por considerações estratégicas, mesmo as construções que aí se encontravam foram destruídas. Este local foi cultivado pelos Kronstadianos.

Após assembleia-geral de delegados dos grupos cultivadores, na presença de toda sorte de especialistas agrônomos, a terra foi dividida em lotes e distribuída por sorteio aos grupos de cultivadores. As sementes eram fornecidas pela Comissão de Abastecimento. Os instrumentos de trabalho eram evidentemente os mais primitivos: pás, regadores, enxadas, etc. e fornecidos pela Seção de trabalho da cidade. O restante era obtido pela iniciativa pessoal dos "comuneiros". O adubo, transportado pelos cavalos da cidade. Os pedaços de terra cultivados por turnos.

Já em 1918 as comunas de cultivadores auxiliaram muito os Kronstadianos na luta contra a fome. Após a colheita e o desconto em favor das famílias do Comitê de Abastecimento, cada "comunalista" obtinha média de 10 quilos de legumes. Na maioria das comunas, o reparto era feito segundo o número de dias de trabalho.

As comunas se apresentaram atuantes, elas persistiram sempre sob a mesma forma em 1921.

Foi a única organização que os Bolchevistas não puderam suprimir. Pode-se explicar isto talvez pelo fato que Kronstadt se opôs fortemente aos decretos

dos bolchevistas e defendiam há muito sua independência.

A vigilância da cidade era assegurada pela milícia popular, isto é, toda a população, por intermédio da Comissão de Moradores. Ela, inicialmente existia em estado embrionário. Toda sua importância se limitava a esse quadro estreito, porém a propaganda realizava sua obra. Nos comícios e conferências dos anarquistas, uma das tarefas continuamente na ordem do dia era a liquidação da propriedade privada das habitações. Apelava-se para o alargamento das atividades das Comissões de Moradores, a sua união, a fim de realizar pela igualdade de todos a distribuição de moradias.

Como sempre, quando eram tratadas questões de atualidade viva — a guerra, a paz, a terra, as organizações operárias e camponesas — numerosas perguntas escritas eram propostas ao orador e ao relator, quer seja sobre o plano teórico ou plano prático. Muitos se lamentavam da degradação das habitações, a deterioração dos encanamentos de água. E descreviam cenas penosas: a chuva se infiltrando pelos tetos furados e consequentemente uma umidade persistente nos apartamentos do subsolo provocando acentuada mortalidade infantil. Os proprietários tinham se desinteressado de consertar as casas durante muitos anos. Só restava uma solução: a apropriação conjunta das residências. Então quando em outubro se delineou a imensa possibilidade de um trabalho criador, um processo de preparação tinha se verificado na consciência das massas e num comício solene foi decidida a socialização imediata das habitações.

Para Kronstadt, entretanto, a tarefa principal persistia: difundir o mais possível as idéias através da Rússia e estar alerta para um eventual conflito armado com a reação externa e interna. Estes fins eram objetivados por órgãos técnicos, duas comissões especiais do Conselho: uma técnico-militar, outra de agitação-propaganda.

A Comissão técnico-militar que existia de modo embrionário, após 3 de Julho efetuou um enorme trabalho durante as jornadas Kronstadianas e desenvolveu então sua atividade. Verificou a capacidade de combate dos portos, efetuou um inventário preciso das forças armadas. A palavra de ordem de armamento geral se difundiu através das comissões de fábricas e usinas. A comissão técnico-militar fornece armas a todas as oficinas; os conselhos de fábricas e usinas asseguram a distribuição aos operários; pela instrução militar todos se dividiram em categorias: os que sabiam manejar um fuzil se organizaram em grupo especial de artilheiros, de metralhadores e sapadores. Os novatos em matéria militar receberam instruções. (...) A palavra de ordem: "**Todo o poder aos conselhos locais**" foi entendida em Kronstadt do seguinte modo: Doravante, nenhum centro poderá ordenar a prescrever a qualquer Conselho, nem a qualquer organização o que ele deverá fazer. Ao contrário, cada Conselho, cada organização local de operários e camponeses tende a se unir voluntariamente como organismos do mesmo tipo. Desse modo, a federação das comissões de usinas e fábricas cria uma força organizacional possante, tanto pelo sucesso da defesa da Revolução, como para regularizar harmoniosamente a produção e o consumo.

Kronstadt, limitado por sua posição geográfica na aplicação de suas forças criadoras coloca sua energia na **Autogestão** das habitações. Em um dos grandiosos comícios, os anarquistas são encarregados de levantar no Conselho a questão de uma distribuição equânime das habitações e sua recuperação.

Na sessão seguinte do Conselho, um projeto de socialização (Autogestão) das residências foi apresentado, elaborado pelo grupo libertário e os socialistas revolucionários de esquerda do Conselho.

O primeiro item declarava que: "a partir de agora, a propriedade privada das habitações e das terras fica abolida". A seguir foi dito que a gestão das casas é assegurada pela comissão de moradores e que os assuntos se decidirão, a partir de agora, pelas assembleias gerais de todos inquilinos. As questões relativas a um quarteirão será resolvida pela Assembleia-geral de habitantes do quarteirão.

AÇÃO CENTRALISTA E AUTORITÁRIA DOS BOLCHEVISTAS

Os bolchevistas, se reportando à importância do problema e à necessidade de estudar a fundo, solicitaram a transferência para a semana seguinte, do debate sobre o projeto da **Autogestão** das residências. Eles foram, durante esse tempo, a Petrogrado e tendo

recebido instruções de esferas centrais, exigiram na sessão seguinte do Conselho, a eliminação dessa projetada ordem do dia, alegando que um problema tão sério não poderia ser resolvido senão em escala de toda a Rússia e que Lênine preparava um decreto nesse sentido. Portanto, no interesse de todos, o Conselho de Kronstadt deveria esperar instruções centrais.

Os anarquistas, socialistas revolucionários de esquerda e os maximalistas insistiram para que o projeto fosse tratado de imediato.

Os bolchevistas e os mencheviks constituíram então uma frente comum e abandonaram a sala da assembleia entre apupos e gozações como: "Final eles acabaram por se entender".

Na discussão anterior do projeto, o maximalista Rivkine propôs que se votasse por pontos, a fim de oferecer aos bolchevistas a possibilidade de se justificarem diante dos trabalhadores, que poderiam ter ficado com a impressão de que eles eram contra a supressão da propriedade privada.

Os bolchevistas, tomando consciência da "mancada", retornaram às sessões. O primeiro ponto - a propriedade privada das habitações e da terra seriam suprimidas - foi adotado unanimemente por princípio. Entretanto, quando outros pontos do projeto foram apresentados para exame visando em particular realizá-lo imediatamente, parte dos bolchevistas se retiraram novamente da sessão. Alguns porém, sentindo impossível, dessa vez, se submeter à disciplina do Partido, ainda mais que, como explicaram a seguir, haviam recebido mandato de seus eleitores para votar na imediata realização do projeto, permaneceram na sessão do Conselho. Receberam uma punição severa, a exclusão do Partido, por "desvio anarco-sindicalista".

Muito após esta sessão agitada do Conselho, uma forte luta se verificou em torno do projeto. Nas oficinas, nos navios, nas companhias foram organizados comícios. Os apresentadores do Conselho eram convocados para explicar essa questão. Incontinenti os bolchevistas começaram uma campanha de calúnias contra os anarquistas. Finalmente, não obstante a sabotagem dos bolchevistas, comissões de residências, de bairros e outras, foram criadas em Kronstadt.

Quando se realizou a repartição equitativa das habitações, se observou que ao lado da miséria dos trabalhadores, se alojando em pavorosos sub-solos, havia pessoas que sozinhas ocupavam 10 ou até 15 cômodos. O diretor da Escola de Engenharia, ce-libatário, ocupava vinte cômodos e quando uma parte foi expropriada, ele considerou isso um ato de banditismo.

O projeto foi aplicado e os que viviam em sub-solos sujos e úmidos, em barracos miseráveis e sótãos, se instalaram em apartamentos confortáveis. O princípio de que "todos devem ter uma habitação razoável" foi obedecido.

Previu-se também a existência de muitos hotéis para alojar as pessoas intinerantes. Em cada comissão de bairro foi organizada uma oficina para conserto e reconstrução de casas.

Muito tempo após, quando os argumentos dos bolchevistas face aos adversários de esquerda se tornaram a prisão, a baioneta e a bala é que foi destruída essa organização com todas as suas bases criadoras.

A questão das casas foi transferida para a Administração Central das Habitações e da Terra, junto do Conselho Nacional de Economia, que instalou em cada residência seu funcionário, o "staroste", o qual tinha que exercer também a função de policial, vigiando para que ninguém pudesse viver sem autorização oficial e que as pessoas estrangeiras não fossem albergadas.

Em 1920 um decreto aboliu a instituição do "Staroste". Os funcionários da Administração das Habitações e da Terra puseram-se a reorganizar as comissões residenciais, a apelar para as massas por uma organização autônoma sob a ameaça de uma intervenção da Tchêka. Mas ninguém respondeu a esse apelo, porque a dura realidade mostrou que a organização autônoma das massas (**AUTOGESTÃO**) é incompatível com a "**Ditadura do Proletariado**", com a dominação de um partido, mesmo se no passado ele tenha sido revolucionário. Os "starostes" foram designados para o secretariado das comissões de residências que foram adaptadas ao "novo regime". Posteriormente as residências atingiram uma desorganização total. Assim pereceu uma das grandes conquistas de Outubro.

Arthur de Plero Gouvêa

AUTOGESTÃO

OS AMIGOS DO PATRÃO

Ou: a pelegada reina na Bahia

É possível que não exista um Estado neste país que dê mais tranquilidade à Sua Majestade o General Figueiredo do que esta bucólica e ensolarada Bahia. Aqui, apesar da ocorrência de algumas greves, boa parte dos sindicatos tem mostrado grande colaboração para que o governador do Estado, o temível ACM, durma tranqüilo, sem nenhum medo de razoáveis comoções sociais.

Explica-se: salvo raras exceções — que, por sua vez, costumam pecar pelo autoritarismo inerente a certo tipo de gente que se diz de esquerda — os líderes sindicais baianos têm assumido posições hitleristas. Quando do recente aumento no preço da gasolina, por exemplo, o presidente do sindicato que congrega os motoristas de táxi de Salvador — Alvimar Mandarin — assim reagiu, diante da posição dos motoristas de fazer freve caso a bandeira também não fosse aumentada: "O Exército está aí para ir às ruas e acabar com a baderna."

Mas os exemplos não param aí. Na greve dos motoristas e cobradores de ônibus — fins de julho, início de agosto — o presidente do sindicato da classe, Gelmario Barreto — cometeu um festival de atitudes do gênero "não me comprometam". Basta dizer que ele foi o primeiro a comunicar ao GOVERNADOR DO ESTADO (pasmem!) que **não tinha**

nada a ver com aquela greve. Aliás, ele tinha razão. Realmente o Sr. Gelmario nada teve a ver com a greve dos motoristas e cobradores de ônibus de Salvador. Pelo contrário, fez o que pôde para impedi-la: ameaçou os motoristas, fez reuniões secretas com autoridades e empresários, etc.

Pobres coitados, esses motoristas e cobradores baianos. Como se não bastasse o fascismo do seu "líder" sindical, quando este (sem mais recursos para fugir à pressão dos trabalhadores) "adocceu", quase que levava um golpe "de Estado" do advogado Aurélio Miguel que — não se sabe porque, vez que não é e nunca foi motorista ou cobrador — chegou a manobrar tentativas de candidatar-se à presidência do Sindicato, aproveitando a vontade dos sindicalizados de derrubar o pelego Barreto. Caso o golpe fosse concretizado, colocar-se-ia outro pelego, pois, no fim das contas, o advogado foi o responsável por um acordo SIGILOSO, A REVELIA DOS MOTORISTAS, assinado com os patrões.

Cometendo pelegadas atrás de pelegadas, um outro "sindicalista" baiano vem-se mantendo no poder miraculosamente há tempos. Trata-se do presidente do Sindicato dos Metalúrgicos do Estado da Bahia, Manoel dos Santos. Este, desde os tempos das primeiras

greves de metalúrgicos em São Paulo (ainda na época do Rei Geisel) — e quando os trabalhadores deste setor, na Bahia, apresentavam os primeiros sinais de disposição para uma greve —, sempre manobrou clinicamente com os patrões e, evidentemente, contra os trabalhadores, que eram a essência da corte sindical que tão pomposamente o sr. Manoel dirige. Todas as tentativas de greve foram frustradas habilmente. As reuniões com os patrões, secretas e à revelia dos trabalhadores, sucederam-se de forma alarmante. Claro que a classe reagiu. Mas o pelego foi mais forte e consegue — ainda que apagado e "queimado" — permanecer, aos trancos e barrancos, na presidência do sindicato.

E poderiam ser citados diversos outros exemplos. Mas, guardemos espaço para o mais chocante deles: no mês de julho deste ano, o Sindicato dos Jornalistas do Estado da Bahia fazia circular a primeira — e, até o momento em que fechamos esta edição d'O INIMIGO, única — edição do jornal "O NOSSO" (logo apelidado de "O DELES"). Pois bem. Exatamente neste período, a redação do JORNAL DA BAHIA passava por um momento de crise aguda: os patrões, decididos a "conter despesas", resolveram demitir de forma absolutamente cretina uma boa parte de repórteres e redatores. Cerca de 25. Eles eram chamados e lhes era comuni-

cado que, a partir daquele momento, teriam de assumir tais e tais tarefas e mais, PELO MESMO SALÁRIO. Claro que ninguém aceitava e assim, um a um, iam pedindo demissão.

Pois bem. Este é o cenário da época. Agora, vamos à moral da história: diante de uma situação dessas, o jornal O NOSSO — repito: do SINDICATO DOS JORNALISTAS — NÃO TRAZIA UMA LINHA SEQUER SOBRE O PROBLEMA: MUITÍSSIMO pelo contrário, apresentava uma nota descarada elogiando a cobertura que o JBa fez do Congresso da UNE, afirmando que esta teria sido a **única** cobertura "séria" do evento.

Deixando de lado a questão de não ter sido, realmente, a cobertura do JBa a ÚNICA "séria", frisemos o absurdo da nota: em plena crise, com profissionais sendo demitidos, o Sindicato parte para um elogio que deve ter deixado os patrões exultantes e muitos agradecidos ao presidente da entidade que, aliás, é também redator do JBa. e deve ter presenciado, com seus próprios olhos, o desespero dos colegas. Mas parece que não teve peito para defendê-los.

Eis as primeiras — e sei que nunca únicas — figuras para inaugurar-se uma galeria dos "Amigos do Patrão". Todos sob a inspiração maior do grande chefe ARI CAMPISTA.

ALEXANDRE FERRAZ

Eu não voto nesta "UNE"

Muito me estranham certas avaliações da UNE que têm ocorrido com frequência, em toda a USP. Tais como: "A UNE foi uma vitória da democracia do Movimento Estudantil" ou "a UNE foi uma conquista do espaço político, uma derrota imposta à ditadura" etc. Diante de uma representatividade discutível, como já foi colocado, o que se assistiu foi um espetáculo de híficos mal treinados, onde predominaram as manobras de uma mesa organizativa que refletia totalmente o caráter antidemocrático do Congresso.

A presença de oito mil pessoas (entre delegados e espectadores) não garantiu de fato um maior democratismo ou representatividade ao congresso, na medida em que não possuíam ali um canal de expressão. Representavam, sim, o anseio de uma imensa massa de estudantes que busca uma forma de atuação e participação que não pode ser dada por esta metodologia de luta.

Oito mil pessoas que não procederam a qualquer forma de questionamento do processo que era encaminhado. Em sua grande maioria pertenciam a alguma grande tendência e, por isso, traziam uma posição fechada "a priori", indiscutível; a outra parte era de meros espectadores, absolutamente desinformados e igualmente susceptíveis a manobras.

Aliás, a argumentação de que o processo teria avançado mais e seria mais analítico entre a grande massa estudantil de outros estados, do que em São Paulo, é falsa. Pela forma como o congresso foi conduzido, isso fica claro. Um exemplo marcante foram as várias votações com relação ao regimento do congresso, quando, ao final, um elemento da UEE-São Paulo subiu no palco onde estava a mesa e simplesmente desmentiu uma decisão que o plenário acabara de firmar, de forma descarada, sem que as pessoas pudessem ao menos fazer objeções.

É bom lembrarmos de pelo, menos duas coisas, bem importantes, que não couberam em qualquer das análises da UNE, de meu conhecimento.

Primeiro, a forma pela qual o Congresso foi estrategicamente armado: um picadeiro de dois metros de altura, onde se postava a mesa, soberana e inatingível. E um numeroso público distribuído de forma a ouvir as falas, mas não ter qualquer possibilidade de participação efetiva.

Segundo: os acontecimentos do primeiro dia do Congresso — citado apenas como dia para "deliberações de caráter burocrático e organizativo do Congresso" e só. Com esse diminuto comentário omitiu-se um dos pontos culminantes de tudo que se disse até aqui. A Abertura do Congresso, organizada em clima de festa com depoimentos de diversas personalidades, ex-presidente da UNE, MDB e outros, que tomou toda a manhã e onde o plenário não era sequer consultado quanto às pessoas que deveriam pronunciar e compor a

mesa. Uma campanha pela Constituinte sendo despejada em nossas cabeças de forma estonteante. E a platéia, melo atônita, não sabia se aplaudia ou se valava.

Em geral aplaudia, mas nunca sabia porque. Após a festa, houve a votação do regimento do Congresso. O que foi regimento proposto pela comissão pró-UNE era marcadamente fascista e autoritária. Entre outras coisas, propunha simplesmente que a mesa dispusesse do direito de cessar a palavra de qualquer pessoa, a qualquer momento, sem consulta prévia do plenário, e de proceder a censura de tudo que virtualmente viesse a ser apresentado no congresso.

O plenário votou pelo direito de expressão, de continuar a manifestar-se como fosse possível, contra a repressão e a censura. Votou em favor do mínimo que se pode atribuir a um plenário: pelo direito de votar, deliberar e ouvir. Mas parece que as pessoas da mesa não compreenderam isso. A votação não estava bastante clara. Mas mela hora de divergências e nova votação. O plenário referendou a sua posição. Mas que plenário telmoso! Então aconteceu o máximo: um indivíduo da mesa levantou-se e esclareceu que a mesa recorreria ao plenário em "casos de extrema necessidade" e terminou por enrolar todo mundo, com discordâncias entre um tumulto generalizado.

No entanto, o clima nem sempre foi o mesmo. Houve aspectos surpreendentes. Candidatos e políticos emedebistas foram valados por parte do plenário, durante suas falas, e o Hino Nacional, que seria cantado em seguida à abertura dos trabalhos (veja a que ponto chegou este congresso) não conseguiu ser levado adiante pois, lá por volta do "...de um povo heróico..." irrompeu-se o brado retumbante de "ABAIXO A DITADURA", que pôs fim à palhaçada.

Além disso, a demagogia dos "Massocas", com idéia de que ressurgissem lideranças formadas em torno da figura de uma pessoa (auto-promoção), foi vigorosamente desmascarada e combatida. Isso já no segundo dia do Congresso. Mas este fato foi menos significativo se lembrarmos que a figura de Honestino Guimarães, ex-presidente da UNE, foi usada como instrumento de manobra. Assim em determinado momento, um indivíduo chegou a afirmar que se Honestino estivesse vivo, apoiaria a Constituinte! Em outro momento, quando o plenário se sentiu manobrado com relação a esta questão e começou a chiar, um enorme quadro de Honestino foi elevado por detrás da mesa, com o fim de controlar os ânimos. Evidentes manipulação da mesa, expressa ainda de outras formas, como, por exemplo, quando, no momento em que seria iniciada a votação, uma moça se aproxima da mesa para perguntar aos altos escalões em que proposta deveria votar, pois

ela e seus comandados não tinham "claro" qual a proposta da mesa.

A esta altura, esses indivíduos, compreendendo a situação, começaram a acenar com os braços, indicando qual a proposta a ser votada. Pessoalzinho mal treinado, hein! Será que é isso que se entende por processo democrático de representação?

Por último, é interessante constatar a proposital limitação do tempo dispensado à discussão das propostas e a forma de encaminhamento desses trabalhos. O primeiro dia foi perdido com discursos de líderes de UNEs passadas e de MDBs, com votação do plenário do óbvio, sem direito de expressão. No segundo dia, o tempo foi desperdiçado com uma inútil divisão de grupos de trabalho, divididos por ramos de estudo, que não funcionaram, como obviamente não poderiam, pois havia qualquer preparação nesse sentido. Depois, houve um "show" com a apresentação de peças teatrais por parte dos estudantes que, além do valor altamente discutível, duraram cerca de quatro horas. Assim, por volta das 17 horas iniciou-se a discussão mais importante do congresso: a eleição da diretoria e as lutas que seriam defendidas pela UNE.

Houve ainda uma interrupção para que os diretistas vindos no Rio Grande do Sul se expressassem, defendendo-se das acusações dirigidas a eles, defendendo a democracia burguesa e com ela toda a burguesia nacional.

Resultado: às 4 horas da manhã do dia seguinte é realizada a votação, com um congresso esvaziado e as pessoas que votaram sem alternativa: as eleições ficam para setembro.

Isso foi o que eu vi do Congresso da UNE. Penso que a grande parte dos estudantes que foram a este congresso assumiu uma postura bastante extravagante: acredita que luta contra uma ditadura de direita, mas não consegue ter certeza de valá-la quando ela se pronuncia. Assumiu pontos com vista a uma transformação social, mas não sabe se deve ou não cantar o Hino e apludir a bandeira, na atitude mais tipicamente burguesa, altamente comprometida com a ideologia vigente; não se reconhecerá lideranças pessoais de "heróis" como o "Massoca", só que é fi incondicional do fantasma de Honestino. Mistura palavras de ordem como "a Amazônia é nossa" — de perspectiva burguesa — e "a terra para quem trabalha", de perspectiva socialista. Enfim, não supera a contradição. Convive com ela.

Afinal, o que sobrou do Congresso da UNE? Setembro chega com que experiências? Eu afirmo que esta UNE, como foi o congresso, será apenas um instrumento de manobra. Totalmente distanciada dos nossos interesses, não representando outra coisa que não os demagogos. A UNE não foi reconstruída, não existe. Agora, em setembro, eu não voto na "UNE".

CELSON

segunda e última parte

cordel operário

Assim aquela comunidade
Se viu a mercê da injustiça
Tiveram que se defender
De pote, lata, cabaça e cortiça
Faziam seus instrumentos
O tráfego se fazia em jumentos
As casas se erguiam de Barro e Calicia

40

Ali todos se sentiam irmãos
Desde as coisas materiais
E até na sua religião
Unidos e fraternais
Os trabalhos eram animados
Com grandes significados
Em todos reinava grandes ideais

41

Mesmo aqueles que trabalhavam
Nas suas roças individuais
Não exploravam o seu irmão
E todos se sentiam iguais
Nada era forçado ou contra a vontade
Todos trabalhavam com inteira liberdade
Todos eram amigos fraternais

42

Mas os senhores do trabuco
Viam naquilo uma afronta
Gente pobre construindo um novo mundo
Aqueles terras floresciam de ponta a ponta
Os trabalhadores abandonaram as terras do senhor
Pois ali só se vivia na passividade e na dor
Até o povo emigrou da cidade de Anta

43

Ali se trabalhava no adjutório
No mutirão também
Tudo na base da troca
Todos se saíam bem
Não faltava milho e nem feijão
O arroz era pisado no pilão
Todos viviam fartos e bem

44

Os senhores se viram
Sem gente para trabalhar
Aí começavam as intrigas
Insinuando ao governo matar
Aquele pobre gente sertaneja
Que viviam livres sem inveja
Unidos todos a trabalhar

45

Assim foi consumada
Aquele chacina hedionda
O sangue foi derramado
Que corria de onda
Mas o sertanejo sustentou a luta
Como um bravo dentro daquela gruta
Acabaram a munição e lutaram com pedra bruta

46

Morreu até o último
Mas ninguém se rendeu
Porque estavam defendendo
O que era justo e seu
A história pode tardar
Mas faz a justiça ganhar
Mostrando a verdade do que aconteceu

47

Foi assim trabalhador
Que recebeste a recompensa
Daqueles que se dizem teu protetor
Te mataram com armas e silenciaram na imprensa
Tu que trabalha a terra
Por entre montes e serra
Desperta e veja que sentença

48

Mas o povo não esqueceu
O que fizeram com o homem trabalhador
Em todo Nordeste se conta esta sátira
Quando se escapa da polícia não se escapa do doutor
Quando se sabe que a sua formação
Foi o produto do trabalho do povo da nação
Por isto é que o povo diz: éta Sertão sofredor!

49

Meu caro trabalhador
Aqui peço perdão
Por ter saído um pouco
Com as histórias do Sertão
Mas é para te explicar
Para você não duvidar
Esta dolorosa aflição

50

Tu que vive explorado
Com tamanho egoísmo
Sem se falar na seca medonha
Que o Nordeste está sujeito ao cataclisma
Quando finda o mês de março
Que só se vê vento e mormaço
Só temos poeira e fumaça que abismo

51

Até o câncão foge da caatinga
A mãe da lua desaparece
A siriema não canta
A juriti esmorece
A asa branca vai embora
O caborê de sede chora
E o galo de campina entristece

52

A lua surge branca
Na copa da mata
Os tabuleiros ficam alvacentos
A sua luz aparece caricata
As folhas secas são tangidas pelo vento
De vez em quando uma estrela corre no firmamento
Parece uma noite sinistra que se achata

53

Aqui meus caros leitores
Descrevo um pouco da solidão
Que é o nosso Nordeste sofrido
E quero lhe dizer se não estou com razão
Espero que todos tenham consciência
Para olhar estes problemas a luz da experiência
Todos unidos poderemos achar uma melhor solução

54

O negócio é ser pequeno
Simples e bom
Lutar contra a arrogância
Do José e do Abdom
Nada de maldade
Tudo com liberdade

Eis o que é bom

55

O trabalhador pensando assim
As coisas vão mudar
Os crimes desaparecerão
O povo começa a pensar
Se cria uma nova educação
Com valores humanos saídos do coração
Aí o trabalhador pode cantar

56

Comece hoje mesmo
Educando o seu irmão
Isso não se aprende na escola
Tema que ser no mutirão
Mostrando o valor da igualdade
Com amor e responsabilidade
Acharás a liberdade perdida pelo Sertão

57

Faz a tua roça com equilíbrio
Evitando os venenos perigosos
Não botando fogo nos matos
Plante ervas e frutos saborosos
Que assim terás muita saúde
Verás as coisas claras e com virtude
Terás forças para combater os poderosos

58

Cria a tua roça comunitária
Ajudando a teu semelhante
Através do apoio mútuo
Verás que é importante
Do que o individualismo mesquinho
Que só traz indiferença ao vizinho
Coisa tristonha e deselegante

59

O trabalhador não precisa de dúvida
Como fazer a distribuição

Dos produtos do seu trabalho
Se eles são criados pelas suas mãos
Basta que decidam fazer a troca
Sem interferência do Janoca
Criando seus armazéns de distribuição

60

Criar suas cooperativas
Geridas pelos trabalhadores
Nas roças os serviços comunitários
Nas roças individuais não desprezar valores
Da ajuda mútua do mutirão
Todos que estejam na terra sejam irmãos
Eis aí a saída dos trabalhadores

61

Não se posicionar como superior
Nem ser exclusivista ideológico
Para não formar uma nova classe
O seu papel é abolir a desigualdade sociológica
Criar um mundo sem exploração mútua
Acabando com o egoísmo e a disputa
Se caminhares assim não precisarão da lógica

62

Os trabalhadores precisam se organizar
Acabando com a gerência do patrão
Os produtos do seu trabalho
Têm que ser geridos por autogestão
Em função do conjunto social
Para isto não precisa muito ideal
É só por em prática em todo Sertão

63

O trabalhador não pode confiar em terceiros
Terá que fundar seus conselhos
Com delegados revogáveis
A qualquer momento como espelhos
Para evitar carreirismo
Levando a classe ao abismo
Peiados e atados com relhos

64

Agora o poeta
Chama você a atenção
Que publique o seu verso
Para andar de mão em mão
Em forma de cordel
Pois não é dr. de anel
Precisa de tua ajuda e do teu bom coração

65

O meu endereço
Aqui em Salvador
É Caixa Postal 207
Acredito no teu valor
O mundo anda louco
Vamos pensar um pouco
Nos homens que têm valor

Bahia, 26 de abril de 1979

Antônio Fernandes Mendes

Gandaia 5
UMA REVISTA
IMORAL E
SUBVERSIVA!
TESÃO
POESIA
POLÍTICA
LITERATURA
BARRA-PESADA
e uma entrevista com Zé Celso
Martinez Conceia. R\$ 30

PEDIDOS POR VALE POSTAL PARA ANGELA
CASTELO BRANCO - R. DOMINGOS FERREIRA
102/4 - APT. 201 - CEP 22050 - RIO - RJ.

assinatura

Assine/colabore com "O INIMIGO DO REI". Basta que você mande um vale postal em nome de Antônio Carlos C. Pacheco, no valor de Cr\$ 100,00. Se você quiser receber sua assinatura grátis, tire três (3) xerox do cupom e passe a três amigos. Envie os cupons e cheques no mesmo envelope e sua assinatura será nosso presente a você.

Ao Jornal
"O INIMIGO DO REI"
Caixa Postal: 2540
40.000 - Salvador - Bahia
Desejo receber uma assinatura anual de O INIMIGO DO REI, correspondente a seis edições bimensais:

NOME:
ENDEREÇO:
CEP: CIDADE: ESTADO:

Simulações

Nascer ou morrer, o mundo em si é um extenso paradoxo e desde a sua formação se prosta numa tese: a verdade, companheira da obediência e o falso-irmão do abstrato, o mal, a desobediência.

Assim pós-formação iniciou-se a sua caminhada evolutiva e por instinto (medo) o homem associou-se a semelhantes, formando uma possível sociedade sem regime fixo e sem religião, mas, com a lei de defesa, pois foi a precaução que os uniu. E, posteriormente, a lei do mais forte.

Com passadas juvenis e outros perigos de ameaças o homem consolidou de forma organizada a sociedade. Esta sociedade já com normas, preceitos e adorações todas sobre o elo da compreensão e necessidades extra individualistas.

O homem primeiro por instinto, depois por necessidade, formou a sociedade. Desde que a criação pôde de forma alguma deixar de prescindir da mesma. Suas sagacidades sobre qualquer metamorfose, jamais se processará sem o seu condicionamento e consentimento, ou sofrerá as penas que ela burocraticamente hospeda.

Temos assistido durante muito tempo a História e mais que isso temos vivido as suas mutações mais sérias, florescimentos de novas religiões, leis, ciências, culturas, filosofias etc. O ponto em comum é que procuram transformar estados e épocas, mas, parecem piorar. Do materialista ao espiritualista, do moralista ao imoralista, do capitalista ao socialista; todos passam individualmente as mesmas situações, porque preceitos e bases permaneceram inconscientemente na biosfera irracional dos racionalizados.

Situações diversificadas como guerra e paz, fome e luxo, progresso e decadência; locomovem-se sem que se encontre soluções para os acontecimentos negativos. Quando pensamos que os tabus estão desaparecendo eles são rejuvenescidos criando assim conflitos sócio-psico-metafísicos; com toda evolução tecnológica é inacreditável que perdurem choques e regras que dissipam vidas e idéias.

A sociedade foi criada para satisfazer as necessidades humanas e para coordenar os grupos sociais de tal forma que a ajuda recíproca entre esses grupos, estabeleça uma situação progressiva e harmônica entre os homens e natureza.

Porém, a utilização das descobertas no implemento do progresso e as

transformações ocorridas, ou seja, as mudanças intercaladas para suprir ou complementar o seu complexo, ocorre imprescindivelmente invertendo assim a situação original em que a sociedade foi criada para servir aos homens e não os homens para servi-la.

As divergentes regras que compõem as constituições que justificam os regimes, são insuficientes na realidade. As religiões todas com suas partes integradas e conhecidas refletem os mesmos preceitos a anos e os aceitos são geralmente distorcidos do seu ponto real. São sempre procuradas como ponto de apoio depois de várias frustrações no cotidiano; isto quando não são introduzidas ou presenteadas ao nascer — de acordo com o gosto e herança familiar.

Os governos dos mais justos (do ponto de vista de seu programa político) até os autoritários, as falhas são constantes e as mais obsoletas. A capacidade de discernir o certo e o que se precisa ganhar um pouco de consciência no nosso século, porém as ascensões e decadências reproduzem-se continuamente.

Mas seria possível começar uma nova civilização deixando tudo para trás? O momento atual tem nos mostrado que a grande luta a ser travada é acima de todas as coisas, a luta pela LIBERDADE contra qualquer forma de AUTORITARISMO; e além disso a nova palavra de ordem que surgiu com total vitalidade, ABAIXO AS DITADURAS — vem nos provar que a liberdade não é uma UTOPIA.

E como prova disto olhamos não para o céu, mas, para a terra e dizemos: — A VOZ DO POVO É A REVOLUÇÃO! "O CAMINHO DA LIBERDADE É A LIBERDADE".

Eliminar a inflação ou extinguir a fome, a ambigüidade dos dois problemas causam-nos náuseas. A decomposição da massificação, a sua eliminação é de primeira necessidade. Elevar-nos a uma posição de pujança para conseguir uma saída e dissolver as incredulidades moralistas.

As organizações visando sempre um ideal, cognominado e generalizado como de todos — cobrem apenas uma parte das pretensões a que se propuseram. A sociedade é aquela massa abstrata que impõe-se e rege uma massa concreta; e através dos séculos vem compartilhando existencialmente com a raça humana.

Lídio Barros

MPB—Chega de saudade

Esse papo de que a discoteque não presta, que é bitolante, etc e tal... tem que ser pensado diferente discoteque não é música (no sentido mais acadêmico da palavra), é um pulsar rítmico explora outras regiões físicas do corpo (falo discoteque, a casa de danças, sem a qual o som perde o sentido) essas regiões que a música tradicional não transa, são alcançadas através do uso de frequências agudíssimas ou gravíssimas acordam outros "ouvidos" do corpo: a parte superior dos braços para os agudos e a barriga para os graves, Tom Zé me alertou pra isso, pois é, trabalhei com música moderna e só transava o corpo intelectualmente! é isso que falta na música de "vanguarda", falta transar o corpo, a situação sem reflexos condicionados do ouvinte discoteque transa o som visceral-corporal-violência A pessoa sobe no palco, e se transa a discoteque bem feita elimina

a figura do criador, do músico. O saco é ouvir discoteque o dia inteiro como se fosse música (ocupando espaço da música).

Luís Melodia é a fusão soulsambafunk é o morto 1979. Melodia é a voz do m

orro nu m a nota só Tentam cortar a cabeça de Walter Franco, o desafinado. Walter Franco fez um disco experimental, (isso foi/é revolução), o disco da mosca, acharam hermético elitista (!) agora lança o lp "Respire Fundo" de rockhai-kai s, limpo, pureza, simples (radicalizando a média), acharam pobre, comercial, vendido ao sistema.

Sigo dizendo que o samba evoluiu em Luís Melodia e Macalé, e que o "sambão" é tal e qual a discoteque. quanto ao Hermeto eu gosto sempre de lembrar e Walter Smetak, esmeril. a Música Popular Brasileira será o iê-iê-iê da década de 80 (apesar de ti Tinhoro-s)

Lívio Tragtenberg

RESSONÂNCIA NO BIMESTRE

"A nossa música cada vez mais se mistura com as diferentes influências das diferentes culturas. Não sou purista nem discriminador, e não considero prejudicial abriremos nossas portas, a não ser quando

se trata de colonização cultural ou de imposição de modismo. Acho até muito saudável essa mistura na nossa música assim como um viralata."

Antônio Adolfo



SEXTETO DO BECO

Quatro excelentes lançamentos fonográficos deram início a esse bimestre que passou. O primeiro foi o disco de Danilo Caimmy, o único da família que não tinha disco gravado, mas sendo por opção, pois Danilo é acima de tudo profissional e sempre teve consciência da sujeira de como são feitos os contratos de gravadoras. A partir disso criou o selo de produção e bancou todo o capital do disco desde o estúdio até a distribuição.

O disco está muito estruturado com a participação de músicos como: Cristóvão Bastos, Edson Maciel, Milton Nascimento, Aírto Moreira, Nelson Angelo, Fernando Leporace, Pascoal Meireles, Maurício Maestro, Novelli, Helvius Vilela e Gegê.

O segundo disco foi o terceiro do Antonio Adolfo também com produção independente e a exemplo dos outros dois um disco muito autogestionário desde a capa aos sofisticados arranjos bastante socializados. O som ficou com: Théo Lima, Agenor Mendes, Jamil Joanes, Hélio Capucci, Zé Carlos, Bidinho, Serginho e o excepcional vocal do grupo Viva Voz.

O terceiro foi o "Sol do Meio-dia" de Egberto Gismonti acompanhado do "Jornal Caipira" que apresenta uma grande ficha técnica onde se tem um melhor contato com os músicos, que são: Ralf Tower, Naná Vasconcelos, Jan Garbarek e Collin Walcott. Egberto fez algo que a maioria dos conceituados críticos não conseguiram (ão) admitir: juntou músicos europeus e mais o brasileiro Naná e fez uma tremenda salada, e a consequência foi tudo o desejado ou seja: um clima muito indígena e ao mesmo tempo muito universal.

O último lançamento ficou com o Victor Assis Brasil quinteto, o mais trabalhado dos seis discos de Victor desde a composição gráfica, com o excelente José Domingos Rafaeli que é sem dúvida um especialista em crítica, como mostra no disco, onde nos fornece dados extremamente precisos sobre a condução do disco e sobre seus músicos, até aos arranjos que mostram uma mistura de bossa nova com um jazz muito estruturado caindo em temas progressivos. O quinteto tem a participação de: Paulo Russo no melhor do seu contrabaixo acústico; Nelson Martins no piano; Ted Moore e sua excelente bateria; e fechando, o excepcional Hélio Delmiro que "destruiu" com sua guitarra, nas grandes improvisações e modulações.

Em julho tivemos a grande participação do mestre Hermeto Pascoal na Sulça, em Montreux, onde fez os europeus delirarem com a criatividade de sua música. O mestre foi acompanhado pela família e ainda convidou Nivaldo Ornelas.

Em agosto dois grandes cretinos: Daniel Más (Status) e Cláudio Garrilho (Correio da Bahia) fizeram duas tristes críticas. O primeiro escreveu sobre Hermeto chegando a dizer besteiras como, "matar trinta e oito mil canários com uma nota". O outro foi escrever sobre o disco do Victor Assis Brasil e caiu

num tremendo nacionalismo barato quando se referiu ao "esquecimento de suas origens" e colocando Victor como um sonhador dos bares de New Orleans e um imitador de Mestres Famosos. Aí Caetano veio à tona numa desbundante entrevista à Playboy na qual disse: — "Acho principalmente que a crítica no Brasil não é exercida por pessoas especialistas, mas por pessoas que representam mais ou menos a tendência da mediocridade brasileira compradora de discos."

Nos dias 16, 17, 18 tivemos um show espetacular onde nove convidados de grande tarimba vieram integrar o bom Sexteto do Beco, um grupo formado aqui em Salvador há três anos pelos grandes músicos que são: Thomas (violão, flauta e clarinete), Sárquis (contrabaixo acústico), Aderbal (violão e fagote), Afonso (bateria e percussão) Marquinhos (sax soprano) Sérgio Souto (sax e flauta). O grupo sofreu diversas alterações e nesse show formou-se com a substituição de Afonso pelo excepcional Anunciação e de Sérgio Souto por Oscar Dourado, com a participação dos multi-instrumentistas: Velêu, Juracy, Gerson, Paulo Bento, Paulo Andrade, Samuel da Mota, Cabral, Tuzé de Abreu e Andrea Daltro. A força da produção foi de Vicente e Kit.

"Ressonância" (título do show) teve passagens lindíssimas, como "Flutuando" tema muito sutil de Aderbal que conta com o incrível vocal de Andrea e a beleza de clima proposto por Cabral com seus inventos de percussão que são impressionantes e inovadores. O grupo se define assim:

"O Sexteto do Beco é um 'condutor de som'. Na realidade, isso significa a maneira mais simples do músico fazer e mostrar uma música sem nenhuma preocupação estética. Por isso, o Sexteto do Beco é um grupo musical que procura desenvolver um trabalho, usando todos os instrumentos, tocando de toda maneira.

Vive para a música. Quem sustenta o grupo é o som. O som que está no ar."

O Sexteto voltará em fins de setembro para mais seis apresentações no ICBA.

No fim de agosto, fechando o bimestre, tivemos mais uma rotineira palhaçada na Faculdade de Ciências Humanas (São Lázaro): uma festa com o pretexto de "serenata", na qual toda a estudantada com suas "crises existenciais" comparecem pra "fazer a cabeça e ficar odara". Enquanto isso, os músicos ficam, mais uma vez, ocupando a função de fundo musical (ao meu ver) é uma estúpida função pois o dinheiro que entra nesses tipos de festinhas é todo encaminhado para o diretório estudantil e o músico depois de ver seu trabalho praticamente desprezado ainda tem a coragem de voltar a outras festinhas deste tipo se esquecendo que é um profissional.

Sérgio Garcia Guerra

colônia, que ganhara pelo Natal. Vestiu o terno novo. Pôs a gravata marrom. Atendeu a porta. Beijou a esposa. Matou seus quatro filhos a traços de bisturi. E saiu. Chegou ao ordhão. Ligou para o patrão. Disse estar resfriado. Acamado. Entrou no boteco da esquina. Pediu um chope. Comprou cigarros. Passou pela banca. Pagou o jornal do mês. Foi ao banco fechou a conta. Rasgou na calçada a carteira de trabalho. Entrou no cinema. Chupou um garoto. Comprou a passagem. Entrou no avião. The End.

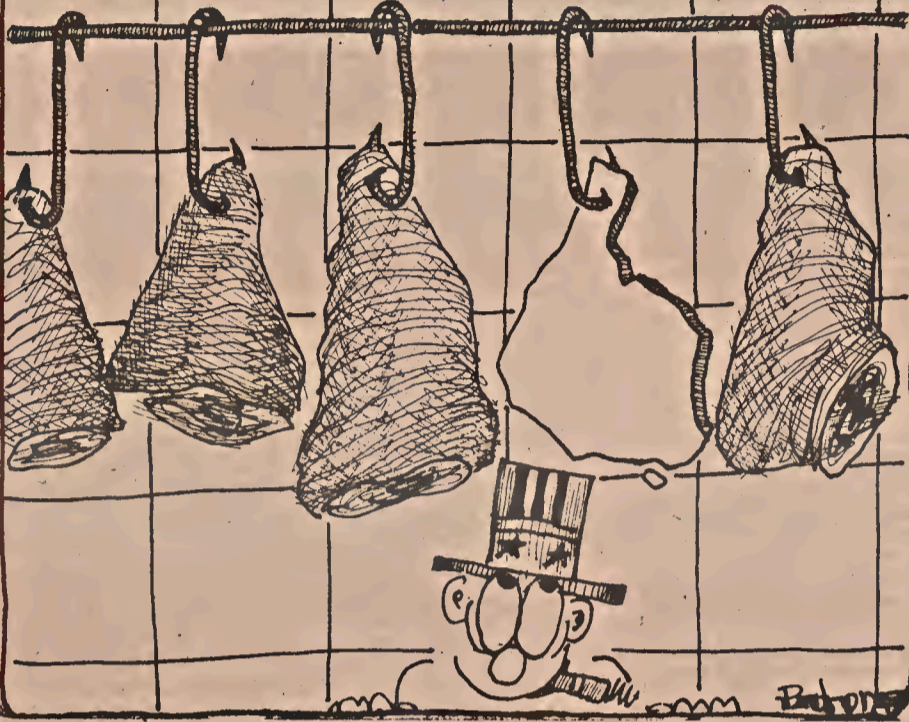
EXÍLIO

JOÃO CAENEIRO

Escreveu uma carta de amor ao velho amigo de infância. Abriu aquela garrafa de uísque importado. Tirou a roupa. Masturbou-se. Gozou. Pediu almoço ao restaurante ao lado. Fez a barba. Usou a

O BOBO DA CORTE

DA SERIE: ACOUGUE AMERICANO



PEDRONE



TÔ OUVINDO FALÁ
QUE O GOVÊRNO
AGORA VAI
OLHÁ PRÁ
NÓS, NÉ?

É, UMA
COMITIVA
VEM AQUI...
OLHA E VOLTA.



FOTO R.A.